

GOVERNANÇA & DESENVOLVIMENTO

18

ANO 8 | DEZEMBRO DE 2012

CONSAD
CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS
DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

**AGENDA NACIONAL
DA GESTÃO PÚBLICA:
UMA CONSTRUÇÃO
DEMOCRÁTICA**

ENTREVISTA

“Eficiência é o conceito motriz de todas as reformas na gestão pública que temos empreendido em Minas Gerais”
Antonio Anastasia, governador de Minas Gerais.





Quality In Everything We Do

Quer conhecer 100% da sua folha de pagamento?

A Ernst & Young Terco possui
ferramentas exclusivas de
administração e controle da área
de Recursos Humanos.

Fale com

Liliana Junqueira
Líder de Governo
e Setor Público

61 2104 0113

www.ey.com.br

Leonardo Biar
Gerente Senior
Executivo



APOIADOR
OFICIAL

AGENDA DEMOCRÁTICA

Neste final de ano, vamos celebrar um grande acordo entre União, estados e municípios, que trará inovações para todos os setores da gestão pública brasileira. Finalmente, a Agenda Nacional de Gestão Pública caminha para sua última etapa, depois de muita discussão democrática.

Para que o Brasil avance com força e sustentabilidade, precisamos de um novo modelo de desenvolvimento, que faça mais com menos, e com qualidade e eficiência. Um modelo que motive as pessoas, atores principais desse desenvolvimento, a buscar o melhor que elas possam oferecer ao País. Dessa forma, todos ganham, pois o objetivo é que a sociedade civil, em parceria com os servidores públicos, seja mais participativa quando o assunto é, por exemplo, segurança pública, educação e saúde.

Nesta edição de Governança & Desenvolvimento, trazemos uma matéria de capa sobre a formação da Agenda Federativa em prol da gestão. Ela mostra que a construção do documento só foi possível com a participação dos estados e dos municípios, por meio das secretarias de Gestão/Administração e Planejamento. E também graças ao envolvimento da União em todo o processo de discussão, para a formulação dos dez eixos estratégicos da Agenda.

Contamos também com a entrevista do governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia, anfitrião do Fórum Consad & Conseplan, que vai ocorrer agora, em dezembro, em Belo Horizonte. O governador Anastasia revela-nos a experiência mineira com o programa Choque de Gestão, que sanou o déficit público do Estado e vem melhorando o serviço de atendimento ao cidadão mineiro.

A revista também mostra o que as administrações estaduais estão fazendo para implantar ideias inovado-

ras, que melhorem a eficiência do Estado e incentivem seus servidores a pensar modelos de gestão com foco em resultados.

Essa tem sido uma destacada bandeira do Consad, bem como a de estreitar relações com o Congresso Nacional. Queremos que os estados sejam ouvidos em matérias que impactam de alguma forma os entes federados, matérias essas que, hoje, são tratadas apenas na esfera federal. O Café Parlamentar – Brasil Unido pela Gestão Pública, realizado em outubro último, em Brasília, e que também é tema da revista, cumpriu o papel de estreitar uma relação de confiança com os parlamentares.

Finalmente, a gestão pública entra, determinante-mente, na pauta de discussão do País!

Boa leitura!

Eduardo Diogo - **Presidente do Consad**





A OTIMIZAÇÃO DO SEU AMBIENTE.



Sistemas modulares que permitem diferentes configurações, de acordo com cada ambiente corporativo. Desenvolvida pelos renomados designers italianos **BALDANZI & NOVELLI**, especialmente para o Brasil, a **OPTIMA** valoriza a interação entre os profissionais, a alta performance e a criatividade.

use
móveis para escritórios



tel. (62) 3272 8500 - usemoveis.com.br

Cadeiras by **FLEXFORM**



- Capa**
- 6** Construção da Agenda de Gestão Pública
- Entrevista**
- 10** Reformas de Minas Gerais - entrevista com Governador Antonio Anastasia
- Matéria**
- 14** Parlamentares mais próximos dos estados
- Artigo**
- 16** Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Gestão para Resultados (Prodev)
- Alagoas**
- 18** Inovação na Perícia Médica de Alagoas
- Bahia**
- 20** Bahia aposta na rede de conhecimento para ampliar eficiência do serviço público
- Ceará**
- 24** Semana Estadual do Servidor integra e prioriza valorização categoria
- 26** Reconhecimento à inovação
- Distrito Federal**
- 28** Acordo de cooperação técnica incentiva debate sobre qualidade na gestão pública
- Espírito Santo**
- 30** Faça Fácil completa dois anos, com mais de 2 milhões de atendimentos e 98% de satisfação
- Goiás**
- 33** Plano de Ação Integrada contribui para melhoria da gestão pública de Goiás
- Maranhão**
- 37** Maranhão investe R\$ 1,6 bilhão em plano de carreiras e cargos
- Mato Grosso**
- 40** Mato Grosso está finalizando os trabalhos junto ao CNIS/RPPS
- Minas Gerais**
- 42** Governo de Minas investe na profissionalização dos gestores
- Pará**
- 48** Governo do Pará promove ações focadas na valorização do servidor público
- Paraná**
- 52** Central de Viagens: o baixo custo no “leilão” da passagem aérea
- Pernambuco**
- 54** Em Pernambuco, serviços públicos são prestados no Expresso Cidadão
- Rio de Janeiro**
- 56** Livro apresenta avanços e perspectivas de modernização da gestão pública que vem sendo construída nos últimos seis anos
- 58** Previdência complementar do Estado do Rio começa a vigorar a partir de março
- Rio Grande do Norte**
- 62** Rio Grande do Norte amplia setor de Compras Governamentais
- Santa Catarina**
- 64** Santa Catarina investe em programas de redução de custos
- São Paulo**
- 66** Gestão Pública paulista aposta em tecnologia e transparência
- Sergipe**
- 68** Procuradoria itinerante: a gestão processual na solução de conflitos

CONSTRUÇÃO DA AGENDA DE GESTÃO PÚBLICA

■ POR JULIANA DANTAS/ASCOM-CONSAD

Depois de meses de debates, aproxima-se o fim do processo de construção da Agenda que deve renovar a gestão pública





A melhoria da gestão pública é uma meta que vem sendo almejada e gradativamente conquistada nas esferas federal, estadual e municipal. Em sentido prático, refere-se diretamente à qualidade dos bens e serviços prestados à sociedade, que devem proporcionar oportunidades econômicas e educativas aos brasileiros. Para atingir essa meta, foi preciso construir a Agenda de Gestão Pública entre a União e os Estados.

Com o apoio do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) e do Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (Conseplan), o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Mpopg) e as secretarias estaduais de Administração e de Planejamento decidiram atuar em conjunto para construir uma agenda comum e democrática, entre União e Estados. Debates foram promovidos ao longo deste ano, para a definição dos eixos temáticos que promoveriam a melhoria e a inovação da gestão pública brasileira.

O resultado disso será concretizado em um importante documento, com lançamento previsto no 88º Fórum Nacional de Secretários da Administração e no 52º Fórum Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento, eventos que ocorrerão no período de cinco a sete de dezembro deste ano, em Belo Horizonte (MG).

O processo de construção

A construção de um modelo de Agenda de Gestão, formado por estratégias, diretrizes e linhas de ação prioritárias, é uma tarefa complexa, que envolve modificações em antigas estruturas de administração, como também inovações institucionais. Não se deve pensar apenas em executar simples alterações nas práticas do setor público. É muito mais do que isso: trata-se também de planejar e conhecer as diferentes realidades estaduais e municipais.

De acordo com o representante do Departamento de Inovação e Melhoria da Gestão do Ministério do Planejamento, Ubajara Leite, a Agenda de Gestão Pública "deverá nortear a formulação de projetos, que visem aprimorar e fortalecer as estruturas estaduais no tocante

te ao capital humano, à infraestrutura, ao conhecimento e aos marcos normativos”.

Os debates, que vêm sendo realizados desde junho deste ano, representaram as bases para a formulação dessa Agenda. Ressalta-se ainda que oficinas preparatórias tiveram lugar no mês de setembro deste ano, em Brasília, para dar continuidade à discussão dos objetivos comuns e à definição dos dez eixos temáticos prioritários (veja box). O presidente do Consad, Eduardo Diogo, destacou que, durante a sua fase de construção, a entidade definiu oito eixos temáticos, enquanto o Conseplan contribuiu com a indicação de dois.

Das oficinas participaram representantes de secretarias estaduais da Administração e do Planejamento de 26 unidades da Federação, autoridades e técnicos de diversos órgãos do Governo Federal e especialistas em gestão pública.

A consultora do Consad, Evelyn Levy, presenciou os avanços nas discussões: “Com a coordenação de consultores, foram discutidos os cenários desejados para os próximos cinco e dez anos, e identificadas as ações prioritárias para a superação dos problemas e obstáculos”.

Visões distintas

Em relatório sobre o evento, Ubajara Leite destacou que os encontros caracterizaram-se pela significativa representatividade dos Estados brasileiros e pela oportunidade de intercâmbio de visões distintas. Os modos de analisar a gestão tornaram evidentes as fragmentações, no uso de seus instrumentos e recursos, pelos Estados brasileiros, manifestadas no planejamento, no orçamento, nos processos de trabalho, na informação, nos incentivos e na gestão de competências.

Temas variados foram discutidos, mas com particular atenção para os seguintes: criação de um observatório de gestão pública; implantação da rede brasileira de governança pública; interação entre os municípios; e cooperação na concepção de novas tecnologias de gestão.

“As oficinas foram bastante animadas, mas, a despeito da grande heterogeneidade das realidades estaduais, houve bastante convergência entre os pontos mais importantes”, observou Evelyn Levy.

Resultados e ações

Com a adoção da Agenda, o Ministério do Planejamento espera ter avanços em todos os eixos temáticos

e respectivas linhas de ação. Os resultados esperados são: mudanças na qualidade dos serviços públicos disponibilizados aos cidadãos e ao setor produtivo; melhorias na produtividade e na qualidade do gasto; e ampliação da capacidade de governança.

No dia 29 de novembro, o presidente do Consad, Eduardo Diogo, participou de reunião no Ministério do Planejamento, em Brasília, para apresentar as próximas ações do Conselho, a partir da consolidação da Agenda. Estiveram presentes ao encontro: a chefe de gabinete do Ministério do Planejamento, Francisca Carvalho, da assessora especial, Maricy Valleta, do representante do Ministério, Ubajara Leite, do assessor da Seplag no Ceará, Marcelo Pinheiro, e da secretária-executiva do Consad, Iracy Gomes.

Na ocasião, Eduardo Diogo afirmou que os eixos temáticos da Agenda Federativa estão sendo utilizados para direcionar as ações do Consad: “Essa agenda está balizando todas as nossas ações. Inclusive, participaremos de duas missões de cooperação internacional, no ano que vem”. Além disso, o presidente solicitou o agendamento de reunião entre a ministra Miriam Belchior e os secretários, para o próximo ano. “Depois de conversarem com a ministra, os secretários ficarão mais estimulados a reproduzir, nos Estados, as boas práticas que o Ministério está coordenando” ressaltou.

O processo de construção da Agenda Federativa, com a consolidação dos eixos temáticos, deve estar quase concluído. Porém, novas etapas estão se apresentando. São etapas que marcarão de forma definitiva a administração pública brasileira.

Eixos prioritários da Agenda

- 1 - Novo marco de organização da AP
- 2 - Orçamento público
- 3 - Tecnologia da Informação
- 4 - Gestão de pessoas
- 5 - Atendimento aos usuários de serviços públicos
- 6 - Planejamento, monitoramento e avaliação
- 7 - Apoio à gestão municipal
- 8 - Compras governamentais
- 9 - Gestão patrimonial
- 10 - Gestão do desenvolvimento institucional

EM 2013, CONSAD PARTICIPA DE MISSÕES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Projeto incentiva modernização da gestão brasileira por meio da troca de experiências. Eixos temáticos da Agenda Federativa guiarão visitas



Reunião no Gabinete do Ministério do Planejamento, em novembro

Em 2013, um projeto de cooperação internacional, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), promoverá o intercâmbio de experiências internacionais entre secretários de Estado de Administração e de Planejamento do Brasil e gestores públicos dos Estados Unidos, do Canadá e do Chile. Os secretários também participarão de uma missão à Austrália, que não está inserida nas ações desse projeto. A iniciativa tem como principal objetivo capacitar os secretários para a modernização da gestão pública nos Estados brasileiros.

De acordo com o presidente do Consad, Eduardo Diogo, a Agenda Federativa norteará as visitas durante as missões de cooperação. "A partir dos dez eixos definidos na Agenda Federativa, vamos identificar as melhores práticas sobre gestão pública e enriquecer nosso

conhecimento", afirmou. A troca de experiências deve sensibilizar e capacitar os participantes.

O projeto prevê ainda a realização de palestras e oficinas durante os fóruns do Consad, no próximo ano. Especialistas apresentarão informações sobre temas variados, como gestão por resultados, sistemas de informações, parcerias público-privadas, inovação em serviços e atendimento ao cidadão. De acordo com o consultor do BID, Marcelo Issa, o trabalho desenvolvido será reunido em um documento, que vai indicar como os gestores públicos poderão melhorar seus resultados e adotar práticas mais eficientes, com foco no resultado.

A previsão é de que a primeira visita seja realizada em fevereiro de 2013, quando um grupo visitará os Estados Unidos e o Canadá. Em julho, outra equipe participará de visita ao Chile e à Austrália.

DIVULGAÇÃO



Antonio Augusto Junho Anastasia é o governador de Minas Gerais. Reeleito em 2010, dedica-se há 26 anos à administração pública. Durante sua trajetória política, presenciou importantes momentos da história do Estado, tornando-se conhecedor dos desafios e demandas dos municípios. Em 1988 e 1989, assessorou a Assembleia Estadual Constituinte na elaboração da "Constituição modelo", assim conhecida pelos avanços no funcionamento da Administração Pública, na política de descentralização da ação governamental e na definição dos parâmetros para o exercício das políticas públicas. Governança & Desenvolvimento apresenta nesta edição a entrevista concedida pelo governador Anastasia, que aborda temas relacionados às mudanças adotadas na gestão pública mineira e os resultados de ações estratégicas.

REFORMAS EM MINAS GERAIS

Programa Choque de Gestão, que completou 10 anos em 2012, já está na terceira fase

O CHOQUE DE GESTÃO É UM MODELO BEM-SUCEDIDO DE GESTÃO. QUAIS FORAM OS PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO GOVERNO PARA QUE O PROGRAMA DESSE CERTO?

Nos últimos anos, temos implementado, na administração pública de Minas Gerais, uma série de medidas capazes de modernizá-la: um modelo de gerenciamento da administração pública que batizamos de Choque de Gestão. Em 2003, convivíamos com um déficit orçamentário anual da ordem de R\$ 2,4 bilhões; praticamente toda a Receita Líquida estava comprometida com o pagamento da folha de pessoal e da dívida com o Governo Federal, e com os repasses constitucionais e obrigatórios, não restando nada para o atendimento ao conjunto das demandas do Estado (manutenção e investimentos no sistema de segurança, manutenção de presídios, investimentos sociais, entre outros).

No final de 2004, conseguimos o equilíbrio das contas públicas e, a partir daí, pudemos adotar uma série de medidas, as quais alteraram o quadro e repuseram o Estado no circuito internacional de agências de fomento, como os bancos Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Mundial (Bird). Recuperamos a nossa capacidade de endividamento e implementamos projetos estruturantes, capazes de mudar o perfil da economia e ditar um novo ritmo ao desenvolvimento de Minas

Gerais. Recentemente, conseguimos o grau de investimento da agência internacional Standard & Poors (S&P), com a nota AAA – mais um atestado de que estamos no caminho certo.

Para enfrentar o déficit de R\$ 2,4 bilhões e promover as condições necessárias ao crescimento econômico, o Governo de Minas foi obrigado a cortar R\$ 1 bilhão em despesas. Como se vê, naquele momento, era preciso dar alguns passos atrás, para, logo em seguida, retomar o fôlego e dar vários passos à frente. Isso, entretanto, não pôde ser feito sem sacrifícios. Para tanto, o Executivo reduziu o número de secretarias de Estado em 30%, cortou valores nos salários do primeiro escalão, inclusive no do próprio governador, em 45%, e extinguiu 1.300 cargos comissionados, entre outras medidas.

NESTE ANO, O PROGRAMA COMPLETOU 10 ANOS E JÁ ESTÁ EM SUA TERCEIRA FASE, COM FOCO NAS POLÍTICAS SOCIAIS E NO COMBATE À POBREZA. QUAL O PRINCIPAL DESAFIO PARA QUE A GESTÃO PÚBLICA SEJA PERCEBIDA PELA POPULAÇÃO?

Todo o trabalho que vem sendo feito nos últimos anos tem como principal propósito prestar um serviço público de melhor qualidade aos cidadãos. Perseguimos a meta de gastar menos com o Estado e mais com o cidadão, o que equivale dizer que buscamos, de forma permanente, a melhoria nos serviços que são essenciais aos mineiros, como saúde, educação, segurança e infraestrutura de melhor qualidade. E a evolução dos nossos indicadores, ao longo dos últimos anos, também indica que estamos no caminho correto, embora muito ainda precise ser feito. Agora, a nossa meta é incentivar a participação da sociedade civil organizada na definição das prioridades do Governo, o que estamos fazendo com o que chamamos Gestão para a Cidadania, ou a terceira geração do Choque de Gestão. Eficiência é o conceito motriz de todas as reformas na gestão pública que temos empreendido em Minas Gerais.

Alguns indicadores já comprovam o acerto no rumo das políticas de inclusão social. Nos últimos anos, Minas Gerais tem sido um dos estados que, proporcionalmente, mais têm gerado empregos no País, conforme dados do Ministério do Trabalho. E, no campo social, temos outros resultados muito concretos. Minas já cumpriu, por exemplo, sete dos oito “objetivos do milênio”, que são desafios estabelecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), nas áreas de saúde, meio ambiente, educação, igualdade

de direitos e combate à miséria. Se o mundo tem prazo, até o ano de 2015, para reduzir em 50% o número de pessoas pobres e miseráveis, Minas Gerais já ultrapassou essa meta em 2006.

Enquanto a ONU exige que se atinja a igualdade entre os sexos e a garantia da autonomia da mulher até daqui a três anos, em Minas Gerais, já em 2009, o tempo de estudo entre as mulheres era de 8,3 anos, contra 7,8 anos entre os homens. Creio que o Governo de Minas pode provar ao Brasil que a boa gestão pública é o mais eficiente investimento que se pode fazer para alcançar melhorias sociais. Entretanto, temos consciência de que somente quando esses avanços forem palpáveis para a população é que ela verá que a eficiência da gestão foi a mola propulsora desse desempenho.

RECENTEMENTE, O GOVERNO DE MINAS DIVULGOU QUE UTILIZARÁ UMA NOVA FERRAMENTA DE GESTÃO, O PRODUCT SPACE. O QUE É O PROGRAMA E QUE BENEFÍCIOS PODE TRAZER PARA O ESTADO?

O Product Space é um instrumento de planejamento que mapeia as potencialidades e as vocações de países e regiões, com o qual será possível definir e buscar outras possibilidades de participação da economia mineira no mercado nacional e mundial, em médio e longo prazos, reduzindo a dependência de produtos primários. Outro objetivo é buscar o desenvolvimento econômico sustentado e a redução da desigualdade regional, tendo como base o avanço científico e tecnológico do Estado. A adesão do Estado a esse novo sistema é revolucionária e inédita no Brasil, porque Minas Gerais é o primeiro estado subnacional do mundo a fazer uso dessa ferramenta de gestão.

O objetivo é ter uma visão melhor da estrutura produtiva de Minas, de suas habilidades, de suas conexões e interações, para, então, poder melhor prever e direcionar a evolução de seus investimentos. Muito mais do que um diagnóstico da economia, essa ferramenta é uma possibilidade de o Governo Estadual visualizar a economia mineira de uma forma nunca vista.

O QUE É O PLANO MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO 2007-2023?

O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2007-2023 foi revisto em 2011 e tem seu horizonte projetado até 2030. É um planejamento estratégico de longo prazo do Governo de Minas, elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e en-

riquecido e aprovado pela Assembleia Legislativa. Tem como visão de futuro “tornar Minas o melhor Estado para se viver” e o objetivo de dar mais um passo na direção da prosperidade, da sustentabilidade e de mais qualidade de vida e cidadania. O compartilhamento de responsabilidades e a corresponsabilidade legalmente regulada estão no centro dos novos desafios dos estados contemporâneos e constituem um dos elementos centrais da revisão da estratégia de desenvolvimento de Minas. Nesse sentido, o Governo adota o conceito de Estado aberto e em rede, que envolve a sociedade.

Em Minas, o Executivo trabalha em parceria com a sociedade e incorpora, como pilar, a Gestão para a Cidadania, sem negligiar o equilíbrio fiscal e a busca por maiores produtividade e qualidade do gasto público, sempre com o objetivo de oferecer mais e melhores serviços para a população. Os cidadãos passam a ocupar a posição de protagonistas na definição de estratégias governamentais. Se o Governo de Minas já conseguiu demonstrar, para a sociedade mineira e para o Brasil, que a gestão pública é muito importante, agora é hora de demonstrar que a participação da sociedade é igualmente relevante.

A Gestão para a Cidadania está ancorada em quatro princípios: transparência, prioridades claras, engajamento da sociedade civil e participação com qualidade. É nessa direção que se organiza a estratégia de desenvolvimento para os próximos 20 anos, prevista no PMDI 2011-2030, que estabelece 11 Redes de Desenvolvimento Integrado. As Redes focalizam metas-síntese e as desdobram em objetivos, estratégias, indicadores e metas de desempenho para produzir e medir as transformações desejadas em cada uma delas. E é por esses resultados que o atual governo deverá ser cobrado.

EM SUA OPINIÃO, POR QUE A GESTÃO PÚBLICA EFICIENTE SEMPRE FOI DEIXADA DE LADO NO PAÍS?

A questão da gestão merece uma análise com maior acuidade. Maior ou menor ênfase a determinado aspecto tem sido dado ao longo dos anos. No decorrer da história, encontramos ações voltadas para objetivos distintos que, para serem alcançados, levavam as autoridades a abrir mão de determinados princípios ou fundamentos políticos. Não vai longe o tempo em que um grupo político chegava ao poder e desestruturava tudo o que o rival, recém-desalojado, tinha implantado, independentemente dos resultados que vinha alcançando. Com o amadurecimento do processo democráti-

co brasileiro, temos assistido a uma reversão dessa tendência, com a preservação dos compromissos e dos projetos que resultaram em avanços.

Felizmente, nos últimos anos, a eficiência da gestão pública entrou na ordem do dia dos debates da sociedade brasileira. Se ela começou com a dicotomia público e privado, na qual tudo, neste último, tinha excelência, e naquele qualquer ato padecia da ausência de qualidade, hoje vemos que isso não condiz mais com a realidade. Os segmentos públicos e privados não são antagônicos, mas guardam peculiaridades inerentes a sua natureza. Assim, não há como simplesmente transplantar, de um para o outro, experiências bem-sucedidas. O setor público tem a própria dinâmica que, como tal, precisa ser continuamente aperfeiçoada, para garantir eficiência e eficácia. Fazer uma gestão eficiente não é simplesmente deixar de gastar. Pelo contrário, é buscar a qualidade do gasto, de forma que ele tenha retorno e seja percebido como fundamental pela sociedade.

Se a Polícia está presente nas ruas, ela consome, entre outros insumos, combustível e veículos. Então, tem de se ver que isso não é gasto, mas investimento. Se o número de alunos em tempo integral crescer, haverá maior contratação de professores e especialistas em educação. Ao retirar o menor das ruas e torná-lo menos vulnerável ao crime ou a drogas, estaremos investindo no ser humano, e, não, gastando com ele.

COM A APROVAÇÃO DA LEI Nº 12.527, DE 2011 – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO –, O BRASIL DEU UM IMPORTANTE PASSO PARA A CONSOLIDAÇÃO DO SEU REGIME DEMOCRÁTICO. QUAL O BALANÇO QUE O SENHOR FAZ DA APLICAÇÃO DA LEI NO PAÍS E NO ESTADO DE MINAS GERAIS?

A Lei de Acesso à Informação é um dos instrumentos mais importantes de transparência e, portanto, de consolidação do processo democrático no País, uma vez que todos os cidadãos têm direito de acesso à informação dos órgãos e das entidades, e de maneira objetiva, ágil, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão. Em Minas, a questão está disciplinada por meio de decreto, que define ser dever do órgão ou entidade promover, independentemente de requerimento, a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito de sua competência, de informação geral de interesse coletivo por ele produzida ou custodiada.

Os sítios institucionais devem conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à in-

DIVULGAÇÃO



formação, de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão; deve possibilitar a gravação de relatório em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilha e texto, de modo a facilitar a análise da informação, e permitir o acesso automatizado por sistemas externos, em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina.

Seguindo o que está definido pela legislação federal, em Minas, criamos comissões para realizar a classificação hierárquica das informações, de acordo com o teor e em razão de sua impescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, nos graus ultrassecreto, secreto ou reservado, que terão um prazo máximo de classificação, respectivamente, de 25 anos, 15 anos e cinco anos.

MINAS GERAIS JÁ ADERIU À CHAMADA GESTÃO SUSTENTÁVEL?

Temos buscado, para a administração pública de Minas Gerais, as ferramentas mais modernas e eficientes em termos de gestão; tanto assim que, rotineiramente, somos procurados para mostrar nossa experiência para outros estados e municípios. O Product Space

é uma dessas ferramentas. No âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, criamos o Núcleo Central de Inovação e Modernização Institucional (NCIM). Depois do Choque de Gestão e do programa Estado para Resultados, chegamos à terceira geração do Choque de Gestão: o Gestão para a Cidadania. Esse é, talvez, o passo mais ambicioso e ousado que fizemos, que é criar uma gestão para a cidadania e aproximar, no dia a dia, o Estado das pessoas. É motivar a sociedade a participar de maneira ativa, fazer com que a pessoa se sinta integrante desse movimento, com base na concepção de governo em rede. É mostrar que o governo, sozinho, não é capaz de modificar a realidade.

A Gestão para a Cidadania introduz o conceito de Estado em Redes, que prevê o trabalho integrado de diversas áreas temáticas para a execução de programas e a regionalização das ações governamentais, com a participação da sociedade civil, premissa importante para uma gestão sustentável. A sociedade também participa, por meio do Movimento Minas, de uma plataforma virtual, que permite construir soluções para os desafios da sociedade de forma colaborativa. Os projetos da plataforma passam pelas fases de escuta, geração de ideias e testes práticos.

QUAL A AVALIAÇÃO DO SENHOR EM RELAÇÃO AO CONSAD?

A atuação do Conselho Nacional de Secretários de Administração é extremamente importante por permitir a troca de experiências nos encontros periódicos e, principalmente, por buscar, em conjunto, soluções para aperfeiçoar a gestão pública no Brasil e para responder aos desafios que o País enfrenta e enfrentará, em curto e longo prazos, para se consolidar no cenário internacional, garantindo o desenvolvimento e o bem-estar da população. Minas Gerais, ao longo dos anos, tem contribuído de maneira vigorosa para que esses objetivos sejam alcançados, além de apresentar sua experiência em gestão para todo o País.

Minas Gerais defende, assim como o Consad, a implantação de uma gestão pública robusta no País, sem a qual não haverá política pública, quer na saúde, quer na segurança ou na educação, que seja exitosa. Defendemos também a descentralização administrativa e um novo pacto federativo. O Consad é uma das mais importantes instâncias para essas discussões em prol do desenvolvimento de nosso país, pois somente assim conseguiremos alcançar serviços públicos de qualidade em um país da extensão e da diversidade cultural do Brasil.

PARLAMENTARES MAIS PRÓXIMOS DOS ESTADOS

No Café Parlamentar, Consad promove aproximação entre secretários de Administração e Congresso Nacional, em debate sobre projetos que impactam orçamento dos Estados



Senadora Ana Amélia comenta a Lei de Greve

Estreitar o relacionamento entre os parlamentares do Congresso Nacional e os políticos no âmbito estadual foi a principal meta do Café Parlamentar Brasil Unido pela Gestão Pública, evento realizado durante o 87º Fórum Consad. A iniciativa foi promovida em parceria com a Frente Parlamentar Mista para o Fortalecimento da Gestão Pública.

Na ocasião, os secretários de Administração afirmaram que querem ser consultados sobre projetos em votação que tenham impacto nos orçamentos dos estados. "Queremos manter uma relação de confiança com os parlamentares para buscar soluções que resultem em uma gestão pública eficiente e, consequentemente, aumentar o índice de felicidade dos cidadãos", defendeu o presidente do Consad, Eduardo Diogo.

O presidente da Frente Parlamentar, deputado federal Luiz Pitiman (PMDB/DF), destacou que o evento era uma maneira de aperfeiçoar os debates sobre a gestão pública em vários âmbitos, "seja no Judiciário,

seja no Executivo, trazendo lá na ponta o cidadão, as dificuldades que cada Estado está passando. Precisamos discutir os problemas estaduais e municipais, dando enfoque aos projetos que, de fato, melhorem os serviços públicos".

Agenda de Consenso

A secretária de Gestão do Ministério do Planejamento, Ana Lúcia Amorim, explicou que esse movimento de fortalecimento da gestão pública somente terá relevância se for criada uma agenda cooperativa entre os três poderes. "Defendemos uma agenda que seja do interesse de todos os partidos e, claro, da população". A aproximação que o Consad faz entre os Estados e o Congresso Nacional, por meio da Frente, foi elogiada pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça, Raul Araújo, para quem "adotar medidas que tenham forte



Abertura do Café Parlamentar

impacto para o orçamento dos municípios significa uma integração para o bem comum”.

O secretário-geral da OAB, Marcus Vinícius Furtado Coelho, exaltou a atuação do Congresso Nacional na defesa da democracia e de uma gestão pública eficiente, ao declarar que “estamos honrados por fazer parte dessa mudança a favor de uma pauta positiva para o País”.

Brasil Unido

A senadora Ana Amélia Lemos (PP/RS) concordou que a valorização do servidor público é o caminho para garantir a qualidade do atendimento ao cidadão. “Temos 466 projetos no Senado Federal que abordam a questão da gestão pública. Eu, inclusive, sou relatora da Lei de Greve, proposta por Paulo Paim, que é do interesse do Consad. Desejo que a união das instituições seja o caminho para este fortalecimento”, salientou.

O secretário de Relações Institucionais da Presidência da República, Olavo Noleto, que também esteve presente ao encontro, ressaltou a importância de aproveitar os novos prefeitos na geração de uma agenda mais completa: “O Parlamento é acessível, e os prefeitos e os secretários têm que aproveitar esse momento para se unirem em favor do cidadão”.

Ao final do Café Parlamentar, foi assinado o Protocolo de Gestão entre a Frente Parlamentar Mista de Gestão Pública, a OAB e o Consad, com o objetivo de esta-



Acordo promoverá melhorias na gestão pública

belecer parcerias institucionais e valorizar a cooperação entre as partes. O acordo promoverá o desenvolvimento de ações conjuntas, que contribuem para a formação de proposições legislativas e a melhoria da gestão pública. Com a assinatura do documento, foi oficializado o movimento Brasil Unido pela Gestão Pública Eficiente.

Agenda

O 88º Fórum Nacional de Secretários da Administração será realizado no período de 5 a 7 de dezembro de 2012, em Belo Horizonte (MG). As inscrições estão abertas e poderão ser feitas no endereço www.consad.org.br. Outras informações, pelo telefone (61) 3322-5520.

PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO PARA RESULTADOS (PRODEV)

Dividido em dois módulos, projeto disponibiliza sistema de indicadores de gestão para governos estaduais e Distrito Federal

JULIANA CHIARI,
*Diretora do Centro de Estudos
em Políticas Públicas da
Fundação João Pinheiro*

Inserido no contexto de modernização da gestão pública, o Prodev – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Gestão para Resultados – tem como fundamentos a administração orientada para resultados e a mudança da cultura gerencial na administração pública. Idealizado pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e executado pela Fundação João Pinheiro, o Projeto Prodev - BID/ Consad tem por objetivo contribuir para o fortalecimento da Gestão por Resultados nos governos dos estados e do Distrito Federal, por meio do estabelecimento de indicadores referenciais de desempenho comuns e da promoção da cultura de resultados. Seus objetivos específicos são:

- estruturar um sistema de indicadores de gestão e de desempenho de setores públicos selecionados, para ser empregado na análise da atuação governamental;
- desenvolver um banco de experiências inovadoras e de ferramentas de gestão que permitam a identificação e o compartilhamento de boas práticas; e
- apoiar a construção da capacidade institucional e a disseminação da cultura de gestão por resultados nos governos dos Estados e do Distrito Federal.

Para atender aos objetivos elencados, o trabalho desenvolvido no âmbito do projeto foi organizado em dois componentes, a saber:

Componente 1: Sistema de Informações para a Gestão por Resultados. O objetivo desse componente é estruturar um sistema de informações que incluirá dois módulos, a serem alimentados com dados e informações levantados pelos governos estaduais e pelo Distrito Federal. O primeiro módulo será composto por uma base de dados, formada por indicadores de gestão e de desempenho setorial, nas áreas de administração pública, educação, saúde e segurança pública. Essa base de dados, à qual cabe o desafio de permitir a comparação entre os indicadores estaduais, será utilizada como ferramenta para a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas.

O segundo módulo é composto de informações sobre experiências inovadoras exitosas e ferramentas de gestão. Nesse caso, a intenção é favorecer a identificação e o compartilhamento de boas práticas de gestão.

Componente 2: Fortalecimento da Cultura de Gestão por Resultados. Esse componente dedica-se a promover a disseminação e o compartilhamento de conhecimentos e experiências sobre gestão por resultados, incluindo programas de capacitação para a utilização dos sistemas, formulação de um estudo com base nos indicadores coletados no sistema dedicado à análise da situação da gestão nos estados e no Distrito Federal, realização de eventos para a apresentação e a discussão dos sistemas e do estudo a ser realizado.

Abrigada no Componente 1 do convênio, e em atendimento a determinações do Consad, a primeira área temática contemplada no projeto foi a da administração pública, para a qual a FJP desenvolveu uma metodologia e elaborou pesquisas sobre a remuneração do funcionalismo público estadual nos anos de 2010 e 2011.

Em 2012, atendendo aos requisitos do Módulo 1 do Componente 1, o escopo do banco de dados foi ampliado, com o desenvolvimento de metodologia para a disponibilização de indicadores de gestão de saúde, educação e segurança pública, e foi feita a revisão metodológica da pesquisa salarial. Essa base de dados de indicadores de gestão e de desempenho será acompanhada pelo desenvolvimento do respectivo sistema de informação.

Paralelamente, o Módulo 2 está em desenvolvimento, com o início dos trabalhos de catalogação e organização do acervo digital, com base na metodologia do Sistema Integrado y Analítico de Información sobre Reforma del Estado, Gestión y Políticas Públicas (Siare),

sistema aplicado pelo Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (Clad).

Entre as iniciativas relativas ao Componente 2 do convênio, destaca-se a realização do *I Workshop do Projeto Prodev: Capacitação para a Construção de Indicadores de Gestão nas Áreas de Saúde, Educação, Segurança Pública e Pesquisa Salarial*. Nesse evento, foi capacitada mais de uma centena de técnicos, representantes de 21 estados brasileiros, para a validação dos indicadores de gestão que compõem o banco de dados do Módulo 1.

Próximos passos

A disponibilização da base de dados de indicadores de gestão e de desempenho nas áreas de administração pública, educação, saúde e segurança pública permitirá, a cada estado brasileiro, avaliar e comparar seu desempenho com o das demais unidades da Federação. Os indicadores facultarão, ainda, a identificação das práticas com melhores níveis de desempenho nas diversas áreas/atividades.

Contribuirão também com o processo de discussão e formulação de políticas públicas e para a avaliação dos seus resultados, permitindo a construção de critérios objetivos, que sirvam de subsídios para a priorização de políticas e programas.

Essa base de dados será objeto da elaboração de um estudo sobre a gestão nas unidades federativas participantes – sempre condicionado ao conhecimento da realidade de cada estado brasileiro. A expectativa é que o aprofundamento desse processo de geração de conhecimento e informações quantitativas estruturadas gere subsídios para a elaboração de políticas de maior eficácia e contribua para o fortalecimento da cultura da gestão para resultados no setor público.

Finalmente, destaque-se a importância da orientação e do acompanhamento realizados pelos conselheiros do Consad – por meio de apresentações em fóruns e em congressos do Conselho –, além de reuniões técnicas com representantes estaduais.



INOVAÇÃO NA PERÍCIA MÉDICA DE ALAGOAS

Cartilha agiliza atendimento a funcionários públicos que procuram serviços da Superintendência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional

■ GÉSIA MALHEIROS E MARINA FERRO – ASCOM/SEGESP

Com a criação da Cartilha da Perícia Médica, o Governo Teotonio Vilela, por meio da Secretaria de Estado da Gestão Pública (Segesp), vem prestando um trabalho com mais eficiência e agilidade aos servidores públicos que carecem dos serviços da Superintendência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional (SPMSO). Aqueles servidores que necessitam de afastamento por motivo de doença, ou de isenção, ou de redução de carga horária, entre outros requerimentos, encontram, hoje, um atendimento mais ágil e qualificado na sede da SPMSO.

A Cartilha, criada na gestão do secretário Alexandre Lages, foi o ponto marcante para o progresso da Superintendência. A Perícia Médica focou, como público-alvo para a divulgação das ações previstas na Cartilha, os profissionais das Coordenadorias Setoriais de Gestão de Pessoas (CSGP), também conhecidas como Recursos Humanos (RHs), de todas as secretarias e dos demais órgãos do Estado. De acordo com a superintendente Marilurdes Monteiro, esse foi o momento de disseminação e reconhecimento do trabalho da SPMSO. “Por meio dos Recursos Humanos dos órgãos, iniciamos a organização dos serviços. A Cartilha possibilitou um maior conhecimento do que nós somos, e do que fazemos”, disse.

Com essa mudança, foi preciso organizar o serviço, com o intuito de melhorar as ações da Superintendê-



Secretário Alexandre Lages

cia endereçadas à saúde ocupacional do servidor público. “Passamos a fazer um trabalho para o Estado, sabendo quem era o servidor que chegava à Perícia, de onde ele vinha, que agravo havia sofrido, entre outros”, explicou a superintendente, Marilurdes Monteiro. A partir dos novos fluxos de trabalho organizacional, a Perícia Médica passou a trabalhar por agendamento, levando mais conforto, e com pontualidade, aos atendimentos prestados aos servidores.

Graças a essa visibilidade, hoje existem integrantes da SPMSO na Comissão de Edital de Concurso e na



Cartilha auxilia a organização do serviço médico

Comissão de Processo Administrativo. Também faz parte da criação da Lei da Voz, que protege o servidor público que usa a voz como instrumento de trabalho.

"A Perícia Médica entrou nesse fluxo para o acompanhamento e o tratamento do servidor que utiliza a voz como instrumento de trabalho, sendo eles, na maioria das vezes, professores e radialistas. Ele chega à sede da perícia e faz a avaliação; se for constatado o problema, o encaminhamos para a Uncisal. Lá ele é atendido pelo fonoaudiólogo e pelo otorrino, que dizem se ele precisa de afastamento. Se for o caso, ele é acompanhado pelo Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (Cerest). Fazemos com que o servidor se sinta olhado, tratado, e possa voltar para suas atividades o mais rápido possível," explanou a superintendente.

Parceria

No esforço de chegar mais perto dos colaboradores do Estado, a Perícia Médica entrou em contato com órgãos que já desenvolviam algum trabalho de atendimento ao servidor. A Secretaria Estadual de Educação foi o parceiro procurado pela Perícia Médica, por já possuir um Núcleo de Qualidade de Vida (NQV). Firmada a parceria, a equipe da SPMSO passou a disseminar o trabalho, com o apoio do NQV, instruindo, por meio das Coordenadorias-Gerais de Ensino (CREs), os fluxos de trabalho. "O estabelecimento dessas parcerias foi

fundamental para os avanços promovidos na Perícia Médica e Saúde Ocupacional, em Alagoas. Respeito e consolidação dos trabalhos, bem como o entendimento do papel essencial da Perícia no contexto do serviço público," resumiu o secretário de Estado da Gestão Pública de Alagoas, Alexandre Lages.

Para realizar esses treinamentos, o apoio da Escola de Governo de Alagoas foi fundamental, padronizando esse trabalho do ponto de vista didático, reformulando a forma de apresentação das palestras e introduzindo outros temas. Sob o formato de um curso, com duração de 40 horas, foi possível incluir, no projeto da SPMSO, outros setores e certificar o servidor, o que, aliás, contribuiu para a sua progressão funcional.

Informatização

A modernização desses serviços não seria possível sem a informatização da SPMSO. O modelo utilizado para a prática visual das ações da Perícia Médica de Alagoas foi o mesmo adotado pelo Governo de São Paulo. Por meio da parceria firmada entre o secretário Alexandre Lages e David Zaia, secretário de Gestão Pública de São Paulo, o sistema foi, então, implantado em Alagoas. Dois técnicos da Perícia alagoana e do Instituto de Tecnologia de Alagoas (Itec) foram treinados na capital paulista para desenvolver o modelo no Estado.



BAHIA APOSTA EM REDE DE CONHECIMENTO PARA AMPLIAR EFICIÊNCIA DO SERVIÇO PÚBLICO

Rede de Consultores Internos tem o objetivo de melhorar capacidade gerencial de secretarias, autarquias e fundações do Estado

■ POR ALAN RODRIGUES /SAEB

Ninguém conhece melhor o Estado do que o próprio Estado. A máxima, ainda que óbvia, é capaz de sintetizar o trabalho estimulado e amplamente expandido na última gestão, entre os servidores públicos baianos. Iniciativa recente, com resultados a olhos vistos, a Rede de Consultores Internos (RCI), gerida pela Secretaria da Administração (Saeb), vem, desde 2011, disseminando tecnologias de gestão, que têm como função primordial otimizar a capacidade gerencial das secretarias, das fundações e das autarquias do Estado.

Lançada em julho do ano passado, a RCI é composta por servidores de carreiras de nível superior, oriundos de diversos órgãos estaduais, e escolhidos por seleção pública. Na primeira turma, formada em agosto de 2011, servidores foram capacitados, ao longo de dez meses, para disseminar tecnologias de gestão no âmbito do Poder Executivo. Alguns temas, como planejamento estratégico, análise e melhoria de processo, elaboração e gerenciamento de projetos e pesquisa de satisfação, compuseram a grade curricular do curso, de 144 horas-aula.



Além de garantir oferta regular e célere às demandas por tecnologias de gestão do próprio Estado, a RCI gera uma economia considerável para a Administração Pública Estadual – mais de 70% –, que representaria um custo maior com a contratação de consultorias externas. Neste ano de atuação, obteve-se uma economia de R\$ 5 milhões com o uso de consultores capacitados. O custo total de uma consultoria interna oscila entre R\$ 10,8 mil e R\$ 12,6 mil. Se esse mesmo trabalho fosse contratado externamente, os custos ficariam entre R\$ 30 mil e R\$ 49 mil.

Atualmente, a rede atende a onze órgãos do Estado, com a realização de 33 ações nas diferentes áreas de atuação: secretarias da Fazenda (Sefaz), do



Planejamento (Seplan), da Saúde (Sesab), de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (Sedes), Extraordinária de Relações Internacionais (Serinter) e para Assuntos da Copa do Mundo da Fifa Brasil 2014 (Secopa), além da Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia), do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (Irdeb), do Instituto Mauá, da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e da própria Saeb.

“O objetivo da RCI é oferecer acesso às tecnologias de gestão para auxiliar a atuação do Estado com mais transparéncia, com foco no cidadão e na agilidade nos processos. A intenção é buscar a competitividade no setor público estadual”, avalia o secretário da Administração, Manoel Vítorio. A RCI atende à demanda dos

órgãos públicos por melhores soluções para a gestão, designando a tecnologia e o consultor mais adequados a cada necessidade.

O Planejamento Estratégico coloca a estratégia no centro do processo, utilizando-a para formular, planejar, traduzir, comunicar, executar, monitorar e gerenciar os processos. A Análise e a Melhoria de Processos pretendem otimizar os processos das organizações, com o redesigno dos fluxos, com a elaboração de procedimentos operacionais padrão das atividades críticas e com a definição de indicadores.

Já a Metodologia de Gerenciamento de Projetos disponibiliza instrumentos e técnicas gerenciais para a gestão e, por fim, a Metodologia de Pesquisa



Formatura de consultores internos do Estado da Bahia

de Satisfação detecta, por meio dos funcionários e dos usuários dos serviços da organização, o grau de satisfação em relação a programas, projetos e processos organizacionais realizados.

"O que se incorpora ao Estado, advindo da RCI, são as ferramentas gerenciais, com as quais se espera aumentar a capacidade de gestão de cada organização, sempre tendo como fim maior a melhoria dos serviços prestados", explica o coordenador de Planejamento da Gestão da Saeb, Rafael Castro. As demandas a serem atendidas pela rede são geridas pela Saeb, por intermédio da Superintendência de Gestão Pública (SGP).

O aspecto humano também merece destaque. O consultor, que é servidor de carreira, sente-se mais útil e mais motivado dentro da máquina pública graças ao trabalho que pode desenvolver e ao conhecimento que pode compartilhar com os colegas de Estado. A iniciativa justifica-se pela capacidade de compreender e solucionar as demandas e os entraves específicos de gestão. "Como os consultores internos são servidores efetivos de carreira de nível superior, conhecedores das

peculiaridades da máquina pública estadual, o trabalho por eles desenvolvido se apresenta mais facilitado", observa Rafael.

Atividades - Entre os projetos desenvolvidos pela RCI, pode-se destacar o redesenho de processos na Superintendência de Arrecadação Tributária da Secretaria da Fazenda (Sefaz). O titular da pasta, Luiz Alberto Pititinga, avalia a importância da revisão de procedimentos com base na experiência de instrutores com conhecimento de causa. "O mais importante é a mudança de cultura da gestão que está sendo implantada no Estado", ressaltou o superintendente.

Pola Ribeiro, diretor-presidente do Instituto de Radiodifusão do Estado da Bahia (Irdeb), deu início recentemente à implantação, no instituto, do planejamento estratégico, também desenvolvido pela Saeb. A TV Educativa, um dos braços do Irdeb, prepara a migração para o sinal digital. "Precisávamos definir o rumo a ser tomado para a implantação de um conceito e uma prática de TV pública; fizemos a opção de trabalhar com a rede de consultores da Saeb", declarou Ribeiro.

eConsig. A solução em consignações.

Flexível e transparente, ágil e seguro, simples e inovador. Assim é o eConsig, o Sistema Digital de Consignações da Zetrasoft. Presente em mais de 15 estados brasileiros com aproximadamente 3 milhões de servidores públicos atendidos. Além de modernizar e organizar o processo operacional de consignações, trabalha de acordo com a sua demanda, contemplando todo tipo de desconto facultativo. Conheça o eConsig. Seja qual for o desafio, ele consegue resolver.

eConsig

zetrasoft

MATRIZ

Rua Pernambuco, 1077 – 7º Andar
Funcionários – CEP: 30130-151 – BH / MG
Tel.: (31) 3194-7700 - Fax.: (31) 3194-7724

FILIAL SP

Av. Roque Petroni Júnior, 1089 – Sls. 402 e 404
Morumbi – CEP: 04707-900 – São Paulo / SP
Tel.: (11) 5181-7095
www.zetrasoft.com.br



SEMANA ESTADUAL DO SERVIDOR INTEGRA E PRIORIZA A VALORIZAÇÃO DA CATEGORIA

Evento estimula o desenvolvimento da expressividade, da afetividade e da sociabilidade, por meio de atividades variadas

■ POR ROBERTA QUIXABÁ/EGP-CE

Com o objetivo principal de integrar e valorizar os servidores, o Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), realiza, anualmente, a Semana Estadual do Servidor Público. A coordenação dos eventos é da Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGP), vinculada à Seplag. Participam do evento a Casa Civil e as secretarias do Esporte, da Cultura, e do Trabalho e Desenvolvimento Social.

O evento é constituído de diversas atividades, como: Mostra de Talentos, Entrega da Medalha do Mérito Funcional, Festa do Servidor, Corrida do Servidor, Jogos dos Servidores, Mostra de Talentos, Concurso de Beleza, Feira de Artesanato, Doação de Sangue e Campanha Educativa Preventiva de Saúde. As ações iniciam no mês de setembro e terminam em outubro.

"Avalio que este ano, a exemplo dos anteriores, a Semana do Servidor Público Estadual alcançou plenamente seus objetivos de promover a confraternização e fortalecer a integração dos servidores, dentro da política de valorização da categoria", afirmou o secretário do Planejamento e Gestão, Eduardo Diogo.

A diretora da Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGP), Lena Neiva, destaca que a Semana Estadual do Servidor Público é um evento interinstitucional.

DIVULGAÇÃO



A Corrida do Servidor Público Estadual 2012 reuniu mais de 200 participantes

"O interessante é que a EGP coordena, mas, em cada momento, há uma secretaria em destaque. A integração entre os órgãos é muito importante, pelo exercício do trabalho em equipe entre essas instituições", confirma Lena.

A Semana Estadual do Servidor Público, prevista pela Lei nº 13.893, de 31/5/2007, faz parte da Política Estadual de Desenvolvimento de Pessoas do Governo do Estado. Visa à valorização do servidor e ao desenvolvimento de suas expressividade, afetividade e sociabilidade. Em uma visão mais ampliada, por meio da valorização dos agentes que dão vida à administração pública, os servidores, é seguida a diretriz do atual plano de governo – "aperfeiçoamento da política de

gestão de pessoas” –, parte integrante do eixo “governo participativo, ético e competente”, que se traduz em serviços de qualidade prestados à sociedade.

Atividades esportivas

A II Corrida do Servidor Público atraiu cerca de 270 servidores, entre estreantes e experientes, que enfrentaram o percurso de 5 km no Centro Administrativo do Cambeba. Pelas palavras do secretário do Planejamento e Gestão, Eduardo Diogo, um dos participantes da prova, “a ideia é a gente criar ações que possam integrar mais os servidores públicos do Estado. Essa integração é fundamental até do ponto de vista da gestão, pois, quando as pessoas vão discutir assuntos formais, já têm outro relacionamento construído fora da área de trabalho. Isso favorece a tomada de decisões e gera um maior aperfeiçoamento, eficiência e eficácia nas ações.”

Segundo constata o secretário estadual do Esporte, Gony Arruda, a participação dos servidores aumenta a cada ano: “O número de inscrições e a participação de pessoas do interior estão sendo cada vez mais numerosos. A gente fica muito feliz, pois é um momento especial para os servidores e também para o Governo, que ganha com a integração dos participantes”.

Os Jogos dos Servidores são disputados nas seguintes modalidades: futebol society, vôlei, vôlei de praia, basquete, handebol, futsal, atletismo, natação e tênis de mesa. Neste ano, cerca de 3 mil servidores participaram das atividades. Para o acompanhamento dos jogos, são contratadas as federações oficiais, e, para cada local de jogo, é designado um coordenador da Secretaria do Esporte, para fazer o acompanhamento.

Entretenimento e responsabilidade social

A Semana do Servidor teve ainda atividades de entretenimento e valorização, além de ações de responsabilidade social. No Centro de Convivência do Servidor (Cambeba), os servidores doaram sangue e participaram da Campanha Educativa Preventiva de Saúde. Também foi realizada uma Feira de Artesanato.

O Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará (Hemoce) promoveu uma coleta externa. Na primeira hora de funcionamento, o ônibus itinerário do Hemoce já havia recebido vários doadores. Cleide Dias, do Tribunal de Justiça (TJCE), fez a doação: “Meu sangue é O-, um tipo que o Hemoce precisa bastante; então, resolvi

doar. Faz um ano que sou doadora e pretendo continuar doando sempre que puder.”

Na Feira de Artesanato, foram postos à venda artigos de cama, mesa e banho, bijuterias, doces, perfumes, artigos de decoração, entre outros. Os produtos eram, em sua maioria, produzidos pelas próprias servidoras.

Na Campanha Educativa Preventiva de Saúde, o Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (Issec) esteve representado no Centro de Convivência do Servidor (Cambeba), por meio da realização de cadastro de servidores e da verificação da pressão arterial e do índice glicêmico. De acordo com a supervisora do Núcleo de Assistência Complementar de Saúde do Issec, Graça Vidal, o objetivo era fazer o acompanhamento de doenças crônicas: “Fazemos o cadastro dos servidores que apresentam alterações e estamos telefonando para dar orientações e sugerindo que eles se desloquem até o Issec para verificar novamente”.

Festa do servidor

As ações da Semana Estadual do Servidor culminaram com a Festa do Servidor. O evento foi marcado por desfiles do Concurso de Beleza, premiações da Mostra de Talentos e Jogos dos Servidores, além da apresentação de bandas. Enfim, muita descontração.

A Mostra de Talentos, cujo tema, em 2012, foi “Ceará – Nossa Terra, Nossa Gente”, pretende oferecer oportunidade aos servidores para demonstrarem talento cultural, revelando e estimulando sua criatividade e sua expressão artística. Os servidores inscreveram-se nas categorias Poesia, Fotografia, Artes Plásticas e Intérprete (Música).

No Concurso de Beleza, foram escolhidos os três primeiros lugares e as misses simpatia nas categorias: Miss Servidora, Miss Servidora Master, Miss Servidora Plus Size e Mister Servidor. Neste ano, a novidade foi a criação da categoria Plus Size, que é destinada às mulheres que vestem acima da numeração 44, mostrando que beleza nada tem a ver com peso. Alyne Castro, 1º lugar na categoria, comprova isso: “Estrear a categoria Plus Size foi uma honra enorme. A maior vitória foi mostrar a todos e a nós mesmas que somos lindas, independentemente do peso”.

A categoria foi disputada por 26 candidatas. O título ficou com Andréa Feijó, da Secretaria de Turismo, que alegremente declarou: “Aceitei participar por pensar que seria uma boa oportunidade para vivenciar uma nova experiência e fazer novas amizades”.

RECONHECIMENTO À INOVAÇÃO

Servidores públicos do Ceará recebem Medalha do Mérito Funcional. Prêmio contempla ações inovadoras que aumentem eficiência da atividade funcional

■ POR LUIZ PEDRO NETO/SEPLAG-CE

DIVULGAÇÃO



Entrega da Medalha do Mérito Funcional no Centro de Convivência do Servidor Público

Reconhecer os melhores trabalhos produzidos por servidores e empregados públicos, com foco na redução de despesas e/ou no aumento da eficiência da atividade funcional. É com esse objetivo que o Governo do Estado do Ceará concede, a cada ano, dentro da programação da Semana do Servidor Público, a Medalha do Mérito Funcional a autores de ações inovadoras, visando à melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

Para participar, é necessário que o servidor apresente trabalho sobre uma ação que esteja sendo implantada há, no mínimo, 12 meses e, no máximo, 24 meses. A iniciativa também precisa atender aos seguintes critérios: Inovação; Eficiência no Uso dos Recursos Públicos; Efetividade de Resultados; Aprendizado Organizacional; Responsabilidade Social; Relevância da Ação; Possibilidade de Multiplicação; e Satisfação dos Cidadãos e da Sociedade.

Além da Medalha do Mérito Funcional, o contemplado recebe um prêmio em dinheiro, no valor total das vantagens conferidas ao servidor, que é creditado na folha de pagamento, depois da outorga da medalha.

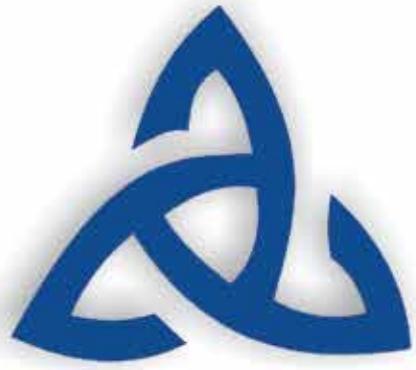
Os trabalhos são julgados primeiramente pela Comissão Setorial de cada órgão, que escolhe apenas um deles. Em seguida, os trabalhos indicados são encaminhados à Comis-

são Mista, que seleciona uma ação por secretaria. Por último, a Comissão Coordenadora elege os vencedores.

Neste ano, oito servidores receberam a medalha, em solenidade realizada no Centro de Convivência do Servidor Público, no Centro Administrativo do Cambeba. À cerimônia estiveram presentes diversas autoridades, entre elas o secretário Eduardo Diogo, do Planejamento e Gestão, que representou o governador do Estado.

Eduardo Diogo enalteceu a participação dos servidores, ressaltando que os oito agraciados com a medalha "representam 100% dos que integram o governo de referência do governador Cid Gomes, sempre visando à excelência do serviço público prestado à sociedade cearense". O secretário da Seplag enfatizou a importância da política de estímulo e valorização do servidor, fundamental para a manutenção da relação de respeito e harmonia entre o governo e seus agentes públicos.

Em nome dos agraciados falou o servidor da Ceará-portos, Márcio Mamede, afirmando que "o servidor público trabalha visando ao bem-estar das pessoas, tendo como princípio o zelo, a honra e o compromisso com a causa pública". Segundo ele, quando não se acredita no presente, compromete-se o futuro; por isso, "enxerga o mundo sempre pela ótica do otimismo".



consignum

Gestão de margem consignável



Segurança e Confiabilidade

"Há 5 anos no mercado trazendo confiabilidade e segurança na gestão dos descontos facultativos em folha de pagamento de entidades pública e privadas"

Com serviço completo em atendimento tecnológico, administrativo e jurídico aos nossos usuários.

Matriz: Rua Bela Cintra, nº 756, 2º andar, Conjunto 22, Ed. Lyon, bairro da Consolação, São Paulo – SP, CEP: 01.415-000. Tel.: (11) 3154-2400

Filial 1: Av. Historiador Rubens de Mendonça, 2.368, 17º Andar, Ed. Top Tower - Bairro: Bosque da Saúde, Cuiabá-MT, CEP: 78.050-000, Tel.: (65) 3648-9300

Filial 2: Av. Ana Jansen, nº 12, salas 01 e 04, Ed. Mendes Frota, b. São Francisco, São Luis – MA, CEP: 65.076-730, Tel.: (98) 3227-2732/3312-7510

Filial 3: Av. Prefeito Osmar Cunha, nº 251, Sala 302, Ed. Pérola Negra, Florianópolis – SC, CEP: 88.015-900, Tel.: (48) 4001-1000

www.consignum.com.br



ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INCENTIVA DEBATE SOBRE QUALIDADE NA GESTÃO PÚBLICA

Documento assinado em novembro representa um importante avanço da capacitação de recursos humanos no Governo do Distrito Federal

■ COMUNICAÇÃO/SEAP

"Hoje fiquei tão alegre que estou assinando até sem os óculos," disse o diretor-geral da Escola de Administração Fazendária (Esaf), Alexandre Motta, durante a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre a Esaf e a Escola de Governo do DF (Egov), representada pelo secretário de Administração Pública, Wilmar Lacerda, evento que teve lugar na tarde do dia 19 de novembro.

O que deixou o diretor da Esaf tão contente foi a consolidação do convênio que promove intercâmbio entre o GDF e o Governo Federal. A ideia, além de estreitar relações e trocar experiências, é avançar nas discussões sobre gestão pública. De acordo com o secretário Wilmar Lacerda, "é preciso investir no conhecimento. As escolas de governo são verdadeiros laboratórios de discussões e incentivam o debate sobre qualidade da gestão pública". Nesse sentido, "assinar esse convênio com a Esaf foi fundamental, pois valorizar o servidor público do GDF faz parte do plano de governo. Tudo com foco no desenvolvimento de um Estado moderno", reforçou o secretário Wilmar Lacerda.

Inicialmente, a Escola de Administração Fazendária apresentou a proposta de atender apenas aos servidores da área tributária. Com o passar dos anos, o Ministério da Fazenda desenvolveu uma política de ampliação desse atendimento, o que permitiu a consolidação de



convênios como esse, iniciativa pioneira no Distrito Federal, que servirá de exemplo a outros estados brasileiros.

Mudanças

Essa ação representou um avanço em questões sobre capacitação de recursos humanos. Isso porque, segundo o secretário Wilmar Lacerda, "o servidor do GDF quer ser reconhecido e ter seus resultados obtidos. Como em outros tempos havia valorização, isso não acontecia. Agora esse panorama negativo está mudando".

O diretor da Esaf destacou a importância do encontro e fez elogios ao GDF: "o Governo do Distrito Federal é outro. Transformou-se de dois anos para cá. Tem sido



uma mudança muito positiva e, nesse sentido, damos as boas-vindas a um governo que representa credibilidade. Estar aqui significa que formamos uma parceria de muito sucesso". Atento aos assuntos da Secretaria de Administração Pública, ele completou: "Teremos a oportunidade de debater abertamente a questão dos recursos e gastos públicos e estudar a melhor maneira de aplicá-los".

Quem também aprovou a iniciativa foi o secretário de Transparência e Controle, Carlos Higino: "A percepção do diretor da Esaf de que o estudo sobre gastos representa um difusor de ideias me chamou a atenção. Os servidores precisam de preparo técnico, e esse acordo cria o diálogo do qual o Governo do Distrito Federal estava precisando. Ele abre as portas para o aprofun-

damento da comunicação entre Ministério da Fazenda, Secretaria de Administração Pública e Egov. Foi um encontro fundamental!"

Durante o evento, o secretário Wilmar Lacerda destacou mudanças na política da Escola de Governo do DF (Egov) e anunciou, com as seguintes palavras, a reforma da estrutura física do espaço: "Nós alcançamos vitória ao regulamentar o artigo 100, que trata da remuneração dos servidores que dão aulas na Egov. Além disso, vamos reconstruir as instalações da Egov para que ela possa oferecer um serviço de qualidade a todos. E sabemos que poderemos contar com a Esaf para capacitar nossos servidores, em benefício do Distrito Federal".



FAÇA FÁCIL COMPLETA DOIS ANOS, COM MAIS DE 2 MILHÕES DE ATENDIMENTOS E 98% DE ÍNDICE DE SATISFAÇÃO

Os números mostram o crescimento da procura pela unidade, que oferece mais de 400 serviços em um mesmo espaço e se torna cada vez mais uma referência em prestação de serviços para o capixaba

■ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO/SEGER

Com 98% de satisfação declarada pelos cidadãos atendidos, o Faça Fácil, localizado no município de Cariacica, comemorou dois anos de funcionamento, no dia 27 de setembro, com mais de 2 milhões de atendimentos realizados. Essa é a primeira Central de Atendimento Integrado ao Cidadão implantada pelo Governo do Estado do Espírito Santo.

Desde a sua inauguração, em 2010, até o final do mês de outubro deste ano, o Faça Fácil Cariacica realizou 2.434.214 atendimentos. No ranking dos serviços mais procurados no primeiro semestre de 2012, destacam-se: cartão SUS, com mais de 58 mil usuários atendidos; consulta de débitos, com 48,6 mil atendimentos; segunda via de documentação de arrecadação do IPTU, com 28,8 mil; e emissão de 23,5 mil documentos de primeira e segunda via da Carteira de Identidade.

"Estamos recebendo cada vez mais usuários. Esse crescimento é muito importante e queremos, principalmente, manter o nível de qualidade que oferecemos. As pessoas reconhecem a qualidade do serviço, sabem que vão chegar à unidade e ser atendidas, e que vão receber os seus documentos dentro do prazo," declara a gerente do Programa Faça Fácil, Miriam dos Santos Cardoso.

O recorde mensal do Faça Fácil desde que a Central foi inaugurada, em setembro de 2010, foi registrado em março deste ano, quando foram registrados 162.324



atendimentos. No dia 9 de abril, o pico chegou à marca recorde de 8.781 atendimentos.

Atendimento

A unidade Faça Fácil Cariacica, implementada pela Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger), reúne 15 órgãos públicos, que oferecem mais de 400 serviços em um só lugar, em frente ao Terminal de Campo Grande, em Cariacica. Com uma estrutura física de qualidade e ambiente confortável, o padrão de atendimento oferecido na unidade é reconhecido pelos cidadãos, que saem satisfeitos do Faça Fácil.

O secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Alcio de Araujo, ressalta o objetivo do Faça Fácil Cariacica, que é prestar serviço público com qualidade, agilidade e conforto. "Com o Faça Fácil, o cidadão resolve várias necessidades de uma só vez, sem precisar

se deslocar para outros lugares. E ainda tem acesso a atendimentos também aos sábados, facilitando a sua vida", ressalta.

O Faça Fácil funciona de segunda a sexta-feira, das 8 às 17 horas, e das 8 às 13 horas, aos sábados. Todo o atendimento é monitorado para a garantia da qualidade, desde o tempo de espera até a conclusão dos atendimentos.

Logo na entrada, o cidadão é recebido por atendentes, que orientam quanto ao serviço desejado e o encaminha para o guichê adequado. Cada órgão presente tem seu espaço separado. São cerca de 300 profissionais atuando na operação e no atendimento da Central, entre funcionários públicos e terceirizados.

Além dos guichês de serviços, a Central conta com um local específico para leitura, uma lanchonete e o Espaço Criança, que é uma área ambientada com recreação, para que os pais possam resolver seus problemas com tranquilidade, enquanto seus filhos se divertem.

Vanderlei Ferreira foi ao Faça Fácil pela primeira vez, para tirar a carteira de identidade do filho mais velho, Wanderson Ferreira, de 12 anos. "Gostei do atendimento. Em pouco tempo fomos atendidos e estou muito satisfeito", destacou Vanderlei.

O estudante Lucas Leão, 15 anos, já é usuário da unidade. De posse das carteiras de identidade e de trabalho, que acabou de conseguir, Lucas confirmou a facilidade de ter acesso a vários serviços no mesmo local e a rapidez do atendimento: "Eu vim aqui para pegar



Faça Fácil Cariacica: mais de dois milhões de atendimentos

Principais serviços oferecidos pelo Faça Fácil Cariacica:

- Emissão de Carteira de Identidade;
- Emissão de Carteira de Trabalho;
- 2ª via e renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- Licenciamento de veículos, com todos os procedimentos necessários reunidos no mesmo espaço;
- 2ª via de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, emitidas por qualquer cartório do Estado;
- Pagamento de taxa, abertura de empresa e atendimento ao consumidor;
- Emissão do cartão do SUS;
- Serviços de postagem;
- Solicitação de CPF;
- Solicitação de passe livre;
- Serviços de religação de água e de energia elétrica.



Unidade reúne 15 órgãos públicos

a carteira de identidade e aproveitei para fazer a carteira de trabalho. O atendimento é muito bom. Eu cheguei e já me encaminharam para o setor certo. O serviço é muito rápido.”

No Faça Fácil, em todos os guichês de serviços, existe um sistema de quatro botões para avaliação do serviço prestado (ruim / regular / bom / ótimo). O propósito é estimular o cidadão a emitir opinião ao final do atendimento. Com propósito similar, foi criado o ‘Fala Cidadão’, que vem a ser uma ficha de avaliação, na qual o usuário pode fazer alguma consideração sobre o atendimento. Esse tipo de pesquisa de opinião permite que a equipe da Central acompanhe diária e mensalmente os índices de satisfação alcançados, os quais vêm apresentando um percentual de 98% de avaliação ‘bom’ e ‘ótimo’.

No endereço www.facafacil.es.gov.br, o cidadão tem acesso a informações sobre todos os serviços oferecidos: descrição do serviço, documentos necessários para a solicitação, prazos, taxas e valores. Além disso, o site traz detalhes, como: função da Central, sua localização e horário de atendimento.

Novas Unidades

O modelo de atendimento do Faça Fácil Cariacica será expandido para três municípios capixabas, contemplando a Região Metropolitana e as regiões sul e norte do Espírito Santo. “Essa ampliação vai levar diversos

serviços importantes e mais cidadania às regiões onde as Centrais serão implantadas”, explica a gerente do Programa Faça Fácil, Miriam dos Santos Cardoso. Além de contar com as unidades fixas, o cidadão poderá fazer uso de duas unidades móveis, a serem implantadas futuramente.

“A proposta da administração é poder levar uma estrutura como a do Faça Fácil de Cariacica a algumas regiões estratégicas do nosso Estado, para que mais cidadãos possam ser beneficiados com essa concentração de serviços, em um espaço amplo, confortável e moderno”, destaca o secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Alcio de Araujo.

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação/Seger

Rafael Porto

Tel.: 3636-5206 / 9949-6018

rafael.porto@seger.es.gov.br

Flávia Zambrone

Tel.: 3636-5205 / 9761-0722

flavia.zambrone@seger.es.gov.br

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA CONTRIBUI PARA MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS

Lançado em agosto último, o Plano de Ação Integrada de Desenvolvimento (PAI) concede o Selo de Prioridade para a execução das ações até dezembro de 2014

■ MARIZA SANTANA – COMUNICAÇÃO SETORIAL DA SEGPLAN-GO

A população goiana já começa a sentir os impactos da melhoria da gestão pública, graças ao ritmo acelerado das obras públicas espalhadas por todo o Estado. Esse é o reflexo da implementação do Plano de Ação Integrada de Desenvolvimento (PAI), lançado pelo Governo de Goiás em agosto último, que abrange 40 programas aglutinadores, os quais contam com o Selo de Prioridade. As ações do Plano, que exercem um benefício impacto sobre o cotidiano dos goianos, serão implementadas preferencialmente até dezembro de 2014.

O PAI tem como principal foco a melhoria da gestão pública, ao nortear as ações governamentais a serem implementadas e por permear todos os órgãos públicos estaduais. Conta com boa carteira de projetos, fontes definidas de recursos, ações para eliminar os entraves burocráticos e medidas que visam a sua efetivação, graças ao monitoramento intensivo dos resultados.

Em Goiás, o PAI tornou-se a cartilha de todos os gestores estaduais, pois seus programas prioritários são a “pedra de toque” de todas as ações governamentais, conforme define o governador Marconi Perillo. Ele faz questão de fixar o selo de prioridade em todos os projetos que está lançando, os quais serão concluídos até o fim do seu governo.

O governador Marconi Perillo costuma se referir ao Plano de Ação Integrada de Desenvolvimento pela expressão “pé no chão”, já que somente os programas, os projetos e as ações previstos nele e, portanto, com recursos assegurados, serão executados, o que garante a sua viabilidade.

DIVULGAÇÃO



Perillo assina destinação de recursos para programas do PAI

Distribuição

Os programas do PAI estão distribuídos em seis áreas: social, econômica, infraestrutura, desenvolvimento regional, gestão e institucional/comunicação. Os programas contam com recursos oriundos de várias fontes: do Tesouro do Estado, de operações de crédito,

de recursos próprios, de investimentos das estatais, de parcerias e de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES).

Os eixos estratégicos do PAI são: Estratégia Transformadora na Educação, na Saúde, na Segurança e na Proteção Social; Estruturação de uma Nova Administração Pública; e Revitalização e Ampliação da Infraestrutura. Uma das áreas contempladas é a Gestão, cujo macro-objetivo é um governo dinâmico e transparente, com um Estado a serviço do cidadão.

No total, o Plano projeta investimentos em Goiás que ultrapassam R\$ 46 bilhões, até 2014, dos quais R\$ 15,7 bilhões serão realizados com recursos do Governo Estadual, R\$ 2,1 bilhões com financiamentos do BNDES, cerca de R\$ 2,6 bilhões com recursos federais, além de R\$ 27,8 bilhões que representam a intenção de investimentos em Goiás por parte da iniciativa privada, para o período. Essa intenção foi apurada por pesquisa realizada em março último, pelo Instituto Mauro Borges de Pesquisa e Informações Socioeconómicas (IMB/Segplan).

Desburocratização

O secretário de Gestão e Planejamento, Giuseppe Vecchi, acrescenta que o Selo de Prioridade do PAI dará mais celeridade aos programas governamentais, cuja execução é importante para o desenvolvimento econômico e social do Estado. Por isso, houve a preocupação de reduzir os procedimentos burocráticos, por meio da reformulação de normas, decretos e outros tipos de legislação, com o objetivo de propiciar agilidade aos processos considerados de alto interesse para a administração estadual.

Uma das medidas das práticas adotadas, visando à desburocratização das ações administrativas, foi o fim do controle prévio, da parte da Controladoria-

Geral do Estado (CGE), de despesas no valor de até R\$ 500 mil, o que garante agilidade aos processos que emperravam muitas ações, principalmente nas áreas de Saúde e Segurança Pública, nas quais ações emergenciais e não previsíveis são constantes. O ordenador de despesas continua sendo responsável pelos seus atos, mas a fiscalização passa a ser feita a posteriori, sem prejuízo à legalidade, e com muito mais rapidez.

Para garantir que todos os programas do PAI contassem com fontes de recursos, uma das primeiras medidas adotadas pelo Governo de Goiás foi a alocação e a destinação dos recursos para o Plano, no valor de R\$ 115 milhões, oriundos das contas de autarquias e dos fundos especiais. Conforme comentário do secretário de Gestão e Planejamento, Giuseppe Vecchi, essa foi a maneira encontrada para destinar recursos a alguns programas que ainda não tinham valores assegurados, o que colocaria em risco sua execução.

O total de R\$ 115 milhões foi destinado a 13 programas: da Criança e do Adolescente; de Apoio às Pessoas com Deficiência; de Apoio ao Idoso; Estadual de Enfrentamento às Drogas; de Esporte e Lazer; Estadual de Cultura; de Alimentos Comunitários; de Fortalecimento e Expansão das Atividades Agropecuárias no Estado de Goiás; Rodovia Urbana; Programa e Polos de Desenvolvimento Regional; de Excelência dos Serviços da Administração Pública; de Apoio à Juventude; e da Advocacia-Geral do Estado.

"Os recursos do Tesouro Estadual estão comprometidos com despesas vinculadas, folha de pessoal, pagamento da dívida e custeio da máquina. Por isso, estamos buscando alternativas para garantir recursos a todos os programas do PAI", confirma Vecchi. Entre as opções de obtenção de recursos extras estão os acordos de resultados para a captação de recursos e incremento da receita própria, firmados com 39 órgãos estaduais. Faz parte do Plano a venda de imóveis do Estado (cujos recursos serão aplicados em programas sociais e de desenvolvimento regional), a alienação de ativos societários, o incremento da receita tributária, novas operações de crédito e controle e a redução da folha de pessoal.

Também estão sendo adotadas medidas de controle das despesas com pessoal, como a parametrização e a auditoria da folha de pagamento dos servidores estaduais, assim como o controle das compras, do uso de telefone e da internet, e da frota





Governador Marconi Perillo fixa selo de prioridade no PAI Economia

do Estado, entre outras medidas, que darão mais qualidade ao gasto público.

Cálculos do Instituto Mauro Borges (IMB/Segplan) apontam que, caso tenham êxito, as ações do PAI vão contribuir para incrementar o Produto Interno Bruto (PIB) goiano em 3,5% ao ano, gerar 235 mil postos de trabalho e ampliar a média de investimentos anuais no Estado, de R\$ 7 bilhões para quase R\$ 10 bilhões. Ou seja, até o fim de 2014, o Plano propiciará um efeito multiplicador no desenvolvimento econômico e social de Goiás.

Enfrentamento às Drogas

O enfrentamento às drogas é uma grande preocupação do Governo de Goiás, principalmente no atual momento, quando o vício do crack já é considerado uma epidemia, pelas autoridades de saúde do País. O consumo dessa droga, disseminado tanto nos grandes centros urbanos quanto nas cidades de médio e pequeno portes de todo o País, vem causando graves problemas sociais e aumentando os índices de criminalidade.

Por isso, dentro do Plano de Ação Integrada de Desenvolvimento (PAI), foram priorizadas as ações de enfrentamento às drogas, que envolvem as áreas de prevenção, tratamento e repressão ao uso e ao tráfico de substâncias entorpecentes. As ações do Plano Estadual de Enfrentamento às Drogas têm como objetivo a promoção da estruturação, da integração, da articulação e da ampliação das ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de pessoas dependentes de drogas, além de repressão ao tráfico.

Em setembro último, o Programa, que integra a área social do Plano, foi contemplado com o Selo de Prioridade do PAI. Ele conta com recursos da ordem de R\$ 89,6 milhões, a serem aplicados até 2014. A meta é garantir tratamento a 17.800 pessoas por ano. Entre as ações previstas está a instalação de cinco Centros de Referência e Excelência em Dependência Química (Credeqs). A primeira unidade será construída em Aparecida de Goiânia e está orçada em R\$ 20 milhões.

Também foram assinados convênios com diversos organismos públicos e organizações não governamentais, visando a uma atuação conjunta em Goiás para o enfrentamento às drogas. Além das 25 entidades já contempladas com recursos do Programa Estadual de Enfrentamento às Drogas, o Governo de Goiás pretende envolver mais 25 instituições, todas atuando em conjunto na prevenção e no tratamento de usuários de drogas.

A coordenação e a execução das políticas de gestão relacionadas ao tema estão sob a responsabilidade do Grupo Executivo de Enfrentamento às Drogas, criado especialmente com essa finalidade. Na área governamental, a execução do Programa compete às seguintes secretarias: de Gestão e Planejamento (Segplan), de Saúde, de Educação, de Segurança Pública e Justiça, e de Cidadania e Trabalho, além da Agência de Esporte e Lazer.

PAI Economia

O PAI Economia pretende manter a economia goiana na rota do crescimento, registrando bons indicadores no Produto Interno Bruto (PIB), geração de



emprego formal e incentivo à produção industrial e às vendas do comércio. Além disso, tem a intenção de criar novos mecanismos de apoio ao desenvolvimento de Goiás, como alternativa à política de benefícios e incentivos fiscais, utilizada para atrair investimentos produtivos para o Estado.

Esses são alguns dos objetivos do PAI Economia, integrante do Plano de Ação de Desenvolvimento Integrado, cujas ações foram anunciadas pelo Governo do Estado em outubro último. O PAI Economia congrega cinco programas na área econômica, que totalizam R\$ 654,6 milhões. Abrangem os segmentos de agropecuária, mineração, microcrédito, indústria, turismo e micro e pequenas empresas.

Entre as ações do PAI Economia está a instalação de um grupo de trabalho que vai atuar na reformulação da política de atração de investimentos e incentivos fiscais do Estado, nos diversos segmentos produtivos, que engloba os programas Fomentar e Produzir, além de outros benefícios concedidos a empresas que desejarem investir em Goiás.

“Precisamos estar preparados para enfrentar duas ameaças que pairam sobre o Estado: a Súmula Vinculante nº 69/12, que propõe o fim da política de incentivos fiscais dos Estados, a ser votada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e a proposta do governo federal de estabelecer alíquota única de 4% para o ICMS e cobrança do imposto no destino”, afirmou o secretário de Gestão e Planejamento, Giuseppe Vecci.

Também foi criada uma força-tarefa, cuja missão é auxiliar e acompanhar os processos de implantação dos 156 projetos produtivos aprovados pelo Programa Produzir e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), com atuação no âmbito do Governo, para remover os entraves que porventura existirem nas áreas ambiental, de vigilância sanitária e fazendária. Foram criados também os comitês de Prospecção de Oportunidades de Negócios e de Concessão e Avaliação de Áreas Industriais. Outro grupo de trabalho deve atuar na reestruturação da política de assistência técnica e extensão rural da Emater.

Os 32 distritos agroindustriais goianos receberão investimentos de R\$ 29 milhões, que serão aplicados em obras de reforma, ampliação e modernização. As cidades de Anápolis e Goiás serão beneficiadas com a construção de Centros de Convenções. Na área da mineração, será executado o Projeto Mapa da Mina do Empreendedor, será oferecido apoio técnico, financeiro e de capacitação aos pequenos empreendedores mine-

rais e serão formalizadas parcerias para a implantação do Laboratório de Tecnologia Mineral de Goiás.

A Agência de Fomento (GoiásFomento), em parceria com a Universidades Federal (UFG) e a Estadual de Goiás (UEG), passará a atuar no desenvolvimento do Estado, com a criação da Diretoria de Prospecção e Oportunidades de Negócios daquela instituição financeira. Foram anunciadas novas linhas de crédito da Goiás Fomento, para alguns micro e pequenos empreendedores, como: prestadores de serviços (encanadores, chaveiros, técnicos de manutenção residencial), produtores de bijuterias e pequenos artesãos de gemas e joias, cabeleireiros e donos de pequenos salões de beleza, micro e pequenos confeccionistas e proprietários de pit dogs, além de Arranjos Produtivos Locais (APLs). Para essas novas linhas de crédito, serão disponibilizados R\$ 25 milhões.

Por ocasião do lançamento do PAI Economia, o presidente da Federação do Comércio do Estado de Goiás (Fecomércio-GO), José Evaristo dos Santos, elogiou especialmente uma das medidas anunciadas: a criação do Fundo de Aval (Sociedade Garantidora de Crédito). Esse Fundo concederá garantias complementares à contratação de operações de crédito por parte das micro e pequenas empresas, no valor de R\$ 3 milhões, com recursos da Agência de Fomento. “Essa é uma antiga reivindicação do setor produtivo goiano, que finalmente se torna realidade”, destacou.

Também foi criado o Fundo Especial do Banco do Povo, orçado em R\$ 20 milhões, que será operacionalizado pela GoiásFomento e beneficiará 4 mil micro e pequenos empreendedores goianos. O PAI Economia comporta ainda ações no setor agropecuário, como a implantação do Sopão Ceasa e a ampliação dos programas Horta Comunitária e Lavoura Comunitária, a implantação e a conclusão de projetos de irrigação, o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural e o de Defesa e Vigilância Sanitária.

PAI - Plano de Ação Integrada de Desenvolvimento

Projetos prioritários (boa carteira de projetos)

Fonte de recursos (financiamento da carteira)

Desburocratização

Monitoramento intensivo (efetividade, monitoramento e gerenciamento da carteira de projetos)

MARANHÃO INVESTE R\$ 1,6 BILHÃO EM PLANO DE CARREIRAS E CARGOS

Iniciativa representa salários justos para 88 mil funcionários públicos do Estado

■ ASCOM/SEGEP-MA



O Governo do Maranhão vai investir R\$ 1,6 bilhão até 2015 no Plano de Carreiras e Cargos dos Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual (PGCE). Trata-se de um sonho de 22 anos dos funcionários que, agora, será realizado.

Segundo o secretário da Gestão e Previdência, Fábio Gondim, o PGCE tem, em sua essência, o objetivo de assegurar ao servidor salários justos, corrigir distorções salariais, resgatar o direito do servidor a uma aposentadoria digna, além de proporcionar ao Estado a renovação do seu quadro de pessoal por meio da realização de concursos públicos. O Plano beneficia aproximadamente 88 mil funcionários. São 61 mil da ativa

e 26 mil inativos, entre aposentados e pensionistas previdenciários.

Gondim relatou que estudos minuciosos foram feitos para traçar uma radiografia completa do quadro de pessoal do Estado. Ao mesmo tempo, foram realizados estudos de cenários macroeconômicos da economia para quantificar o volume de recursos que poderiam ser aplicados no PGCE, sem que extrapolassem os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com gastos com pessoal.

Ele ressaltou ainda que, durante a fase de elaboração do Plano, foram realizadas mais de 100 horas de reuniões com sindicatos e representantes de servidores das mais diversas categorias. "Procuramos fazer

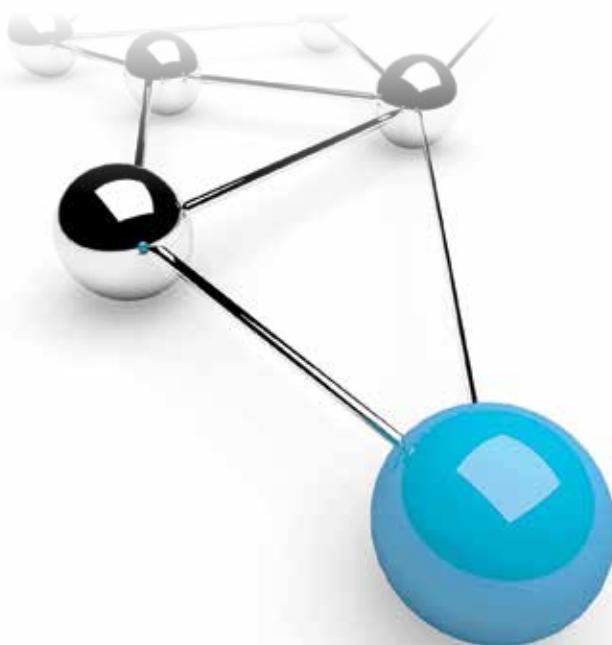


tudo da forma mais transparente possível. Vários aprimoramentos foram feitos no Plano, resultados desses encontros com os líderes sindicais. Todas as demandas e reivindicações foram minuciosamente estudadas, e muitas delas, incorporadas ao Plano", relembrou.

Entre elas, a flexibilização da data de conclusão de curso de graduação para a progressão por qualificação, a inclusão da expressão "servidores estáveis", para comprovar que todos os funcionários públicos estaduais seriam beneficiados com o PGCE, e a assunção da data de ingresso no serviço público como referência para a progressão do servidor.

O secretário destaca que o aumento salarial assegurado no PGCE incide sobre o vencimento do servidor, o que vai propiciar ao funcionário se aposentar com um salário mais digno. "É importante também destacar que um levantamento minucioso foi feito para contemplar todas as categorias funcionais existentes no quadro de pessoal do Executivo Estadual. Nenhum servidor ficou fora do Plano", garantiu.

As categorias foram agrupadas para assegurar salários compatíveis com suas funções, vencimentos justos e aposentadoria digna. Antes do Plano, havia vários casos de servidores que, embora exercessem funções semelhantes, recebiam salários muito diferentes: "existiam casos de servidores, com a mesma função, que recebiam até 20 vezes mais que o colega de trabalho, desempenhando a mesma função. Agora, com o Plano, essas distorções, quase em sua totalidade, foram sanadas".



Plano Geral de Cargos e Carreiras do Poder Executivo (PGCE) — Características:

Objetivos:

- Proporcionar justiça salarial
- Devolver ao servidor o direito de se aposentar
- Renovar o quadro de pessoal

Soluções:

- Revisão dos vencimentos
- Reestruturação dos grupos ocupacionais
- Simplificação das tabelas remuneratórias
- Padronização das referências salariais
- Padronização dos critérios para o desenvolvimento
- Substituição das gratificações por vencimentos
- Realização de concurso público

Características do Plano:

- Observância ao equilíbrio fiscal e aos limites de despesa com pessoal
- Redução de tabelas de vencimentos
- Benefício a 88 mil servidores
- Aumentos de até 330%

Fucionários Efetivos - 61 mil beneficiados

Fucionários Inativos - 26 mil (aposentados e pensionistas)

Renovação

No PGCE, foram assegurados recursos de R\$ 180 milhões para a realização de concurso público geral no Estado. Estão previstos concursos para as áreas de segurança pública, saúde, fazenda, gestão e previdência, planejamento e orçamento, e para o Departamento Estadual de Trânsito.

Somente neste ano, serão 2.379 vagas para a área de Segurança Pública; 2.000 para a Polícia Militar, 150 para o Corpo de Bombeiros e 229 para a Polícia Civil – para selecionar pessoal para ocupar o cargo de delegado, auxiliar de perícia médica legal, escrivão de polícia, farmacêutico legista, investigador de polícia, médico legista, odontolegista, perito criminal e toxicologista.

Gondim ressaltou ainda que um estudo mostrou que, dos 60 mil servidores na ativa, 20 mil já estão aptos a se aposentar, preenchendo todos os requisitos (idade e tempo de serviço); daí a necessidade urgente de realização de concursos públicos. "Se todos esses 20 mil servidores resolvessem se aposentar, o caos no Estado, na máquina pública, com certeza, imperaria", disse.

BANCO DE DADOS: ATUALIZADO E COM INFORMAÇÕES CONFIÁVEIS

Os servidores ativos, inativos e pensionistas do Estado do Maranhão vão ser recadastrados pela Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (Segep). Um contrato, para esse fim, já foi assinado por Fábio Gondim.

"A medida faz parte de um conjunto de ações e projetos prioritários desenvolvidos pela Segep para a busca da excelência da gestão pública, valorização do servidor e a prestação de serviços de qualidade ao cidadão e ao servidor", observou Gondim, ao explicar que a atualização cadastral vai ajudar a avaliar a capacidade do sistema previdenciário, além de ser uma importante ferramenta para o cálculo atuarial e a compensação financeira prevista na Constituição Federal de 1988, regulamentada pela Lei n.º 796/99, e para o dimensionamento e a readequação da força de trabalho.

O recadastramento vai permitir também a implementação de rotinas que possam garantir a organização, a padronização, a interligação e a alimentação das bases de dados, além de garantir ao Estado do Maranhão maior transparência na administração pública, com a disponibilização de informações fidedignas sobre o servidor estadual. "Essas informações (banco de dados) vão nos permitir a tramitação mais célere dos processos que assegurem a concessão de benefícios ao servidor, como o de aposentadoria; nossa meta é concedê-la em trinta minutos", refletiu Gondim.

Procedimentos

O secretário explicou ainda que vários procedimentos vão ser adotados pela Segep para que o servidor



possa fazer o seu recadastramento da forma mais cômoda possível. Todo o trabalho será executado considerando-se as especificidades de cada grupo de servidor: ativos, inativos e pensionistas. Vão ser montados postos de atendimento em São Luís e nas regionais, sendo seis postos na capital e um em cada uma das regionais, totalizando 25 postos de atendimento.

A Ficha de Atualização Cadastral e o Manual de Instruções, explicando todos os procedimentos para a realização do recadastramento, estarão disponíveis na internet.

Aos servidores serão distribuídos informativos e mensagens nos contracheques, e também serão usadas outras formas de comunicação para mantê-los informados sobre locais, documentos e outros dados que possam facilitar o seu recadastramento.

Em seguida, os dados dos servidores vão alimentar chips criptografados em cartões de identidade funcional com controle de acesso.



MATO GROSSO ESTÁ FINALIZANDO TRABALHOS PARA INTEGRAR-SE AO CNIS/RPPS

Cadastro viabilizará economia no gasto público e monitoramento da folha de pagamento dos servidores públicos

■ DANIELE DANCHURA, DA ASSESSORIA/SAD-MT

Os trabalhos tiveram início no segundo semestre deste ano. Em apenas quatro semanas, a Secretaria de Estado de Administração (SAD) conseguiu encaminhar a primeira carga de dados para o Sistema de Previdência (Siprev/RPPS). Conforme palavras de Zilio, “além de estar auxiliando outros entes no processo de migração de dados para o sistema, já que este é um processo que está envolvendo todos os entes federativos nas esferas municipal, estadual e federal”.

O secretário acredita que a rapidez de envio de dados deve-se ao fato de toda a equipe envolvida no processo ser composta por servidores efetivos de carreira, tanto na área da Tecnologia da Informação (TI) quanto na área de Negócios.

“São servidores que já estão familiarizados com os termos utilizados na área pública. Com isso, eles se entendem perfeitamente ao discutirem o que precisa ser feito. Quando temos funcionários de empresas privadas participando do processo, nem sempre têm o conhecimento de como os dados são tratados no serviço público, o que acaba emperrando os trabalhos, prolongando o tempo de migração”, explicou.

Por meio do CNIS/RPPS, será possível consultar vários dados referentes aos servidores públicos, como: vínculos trabalhistas, situação funcional, casos de aposentadoria por invalidez, exercício ilegal de mais de uma função, recolhimento ao INSS como profissional liberal e, até mesmo, casos de servidor que, embora



Nanci Abadia em visita técnica a Mato Grosso

esteja de licença médica em um determinado lugar, está trabalhando em outro. "Este será um grande banco de dados, no qual teremos inclusive informações dos municípios, referentes aos servidores públicos. E que também cruzará informações entre os estados, com o Sistema Informatizado de Óbitos (SISObi) e quaisquer outros bancos de dados que contenham informações comuns dos servidores públicos brasileiros", exemplificou Cesar Zilio.

De acordo com ele, o objetivo é manter um grande banco de dados, alimentado corretamente, que auxiliará a equilibrar a folha de pagamentos, evitando, por exemplo, lançamentos indevidos e assegurando cálculos atuariais corretos. Até então, as informações a respeito dos servidores públicos, sobre sua vida funcional, anteriores ao ingresso dele no serviço público, eram, em sua maioria, fornecidas pelo próprio servidor. "Mensalmente, mandaremos a base de informações para um ambiente, no qual será possível acessar óbitos e fazer o cruzamento de dados, para verificar o acúmulo de cargos, e ainda saber corretamente o tempo de serviço dos servidores efetivos", salientou.

Para Zilio, o que distingue Mato Grosso é que o Estado está executando o trabalho em tempo recorde: começamos no meio do ano e já estamos finalizando. Tanta rapidez se deve também ao apoio concedido pelo Ministério da Previdência Social, quanto à melhoria do banco de dados e ao controle da folha. "Foi e está sendo muito importante para Mato Grosso esse olhar especial que recebemos do Ministério, da atenção dada pela equipe técnica da Previdência, por meio do secretário de Políticas de Previdência Social, Leonardo Rolim, do diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público, Otoni Gonçalves Guimarães, e da coordenadora-geral do Departamento de Regimes Públicos da Secretaria de Políticas de Previdência Social, Nanci Abadia", concluiu.

CONTROLE

Mato Grosso vem aprimorando seus mecanismos de controle desde o ano passado, com o objetivo de imprimir qualidade ao gasto público e monitoramento da folha de pagamento. Em julho deste ano, a Secretaria de Estado de Administração (SAD/MT) encaminhou, para a Auditoria-Geral do Estado (AGE/MT), um relatório no qual alerta sobre a possibilidade de haver irregularidades na folha de pagamento.



Secretário de Administração de Mato Grosso, Cesar Roberto Zilio

A ação conjunta realizada pela SAD e pela AGE faz parte do projeto piloto de implantação da unidade permanente de Observatório da Despesa Pública (ODP) em Mato Grosso, sistema de cruzamentos eletrônicos de diversas bases de informações e dados, a fim de prevenir falhas e gerenciar riscos na aplicação dos recursos públicos do Poder Executivo Estadual.

"A Auditoria-Geral tem dado uma atenção muito grande na parte de RH do Estado. Eles aprofundaram o trabalho encaminhado pela SAD e encontraram inconsistências na folha de pagamento, como servidores aposentados e pensionistas que estavam recebendo proventos, sendo que, no SISObi, constavam como mortos", explicou o secretário Cesar Zilio.

Nessa situação irregular, foram detectadas 236 pessoas, para as quais o pagamento dos proventos começou a ser suspenso desde outubro. Foram estabelecidos prazos para que os interessados apresentassem provas de vida, caso a informação estivesse incorreta. Nos demais casos, foram tomadas as providências cabíveis, para que o dinheiro fosse devolvido ao erário público. Nos casos em que isso não fosse mais possível, seria aberto um procedimento judicial. "Nosso objetivo é, cada vez mais, aperfeiçoar o controle e o monitoramento, tanto da despesa com pessoal quanto de outros processos, para evitar casos como esses, que comprometam a qualidade do gasto público", finalizou.



GOVERNO DE MINAS INVESTE NA PROFISSIONALIZAÇÃO DOS GESTORES

Reestruturação da política de recursos humanos promove sucesso na gestão governamental

■ SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - MG

A gestão de pessoas do Governo de Minas acompanhou a evolução da modernização administrativa, que teve início em 2003, com o Choque de Gestão. O processo buscou substituir o modelo burocrático, centralizado e moroso, em uma nova modalidade de gerenciamento, focada na entrega de resultados concretos para a população. Um novo padrão de política de recursos humanos para os servidores estaduais foi estabelecido, com foco na meritocracia, na valorização contínua, no desenvolvimento e na profissionalização do servidor.

Naquela época, em face do contexto de crise fiscal e da necessidade crescente de atendimento às demandas dos cidadãos mineiros, tornou-se imprescindível atingir e manter o equilíbrio fiscal, retomar os investimentos e tornar a administração do Executivo mais ágil e mais eficiente.

A reformulação da política de recursos humanos foi objeto de um projeto estruturador específico e foi essencial para o sucesso da modernização da gestão em Minas, em seus três ciclos – Choque de Gestão, Estado para Resultados e Gestão para a Cidadania.

“A política de gestão de pessoas foi um dos pilares do Choque de Gestão. Constituiu uma iniciativa essencial ao sucesso das mudanças, uma vez que os servidores são os agentes de implementação desses avanços e são também responsáveis por perpetuar as boas práticas de gestão, independentemente da inclinação política de governantes futuros”, afirma a subsecretária de Gestão de Pessoas, Fernanda Neves, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag).

ASCOM/SEPLAG-MG



Participantes do Circuito Líderes em Ação

Fernanda ressalta ainda que a mobilização dos servidores é fundamental: “para o sucesso da gestão governamental, é necessário que os servidores estejam mobilizados e envolvidos com os objetivos e na busca de modernização e inovação. E, para isso, é primordial investirmos na profissionalização dos nossos gestores públicos”.

Entre as ferramentas da política de profissionalização dos gestores, Fernanda Neves destaca a certificação ocupacional, o mapeamento de competências dos gestores, o Programa de Desenvolvimento dos Gestores Públicos, a avaliação de desempenho e o Circuito Líderes em Ação.

Desenvolvimento dos gestores

Os gestores têm um papel central na mobilização dos servidores de sua equipe para alcançar o bom andamento dos trabalhos e os resultados almejados pelos cidadãos. Também são fundamentais para garantir a perenidade das boas práticas implementadas.

Em virtude desse importante papel, o Governo de Minas desenvolve diversas iniciativas para capacitar os gestores. Em 2008 e 2009, por exemplo, o Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG Minas) promoveu

a capacitação de mais de 1.200 gestores do Executivo, e os conceitos de gestão pública foram, por meio deles, replicados para as demais áreas.

O Programa de Certificação Ocupacional, que vem sendo desenvolvido desde 2006, é outra iniciativa de destaque. Implantado com o objetivo de alinhar as competências requeridas para a ocupação de cargos estratégicos do Estado, o Programa tem como objeto os cargos das áreas de Saúde, Defesa Social e Planejamento.

No caso do Planejamento, a certificação aplica-se aos cargos de superintendentes de Planejamento, Gestão e Finanças (SPGJ), que atuam em todos os órgãos e entidades. Os SPGFs são responsáveis por todas as atividades operacionais dos órgãos, como licitações e contratos, gestão de pessoas, logística, compras, entre outras. Atualmente, 80% dos SPGFs em exercício são certificados.

Líderes em ação

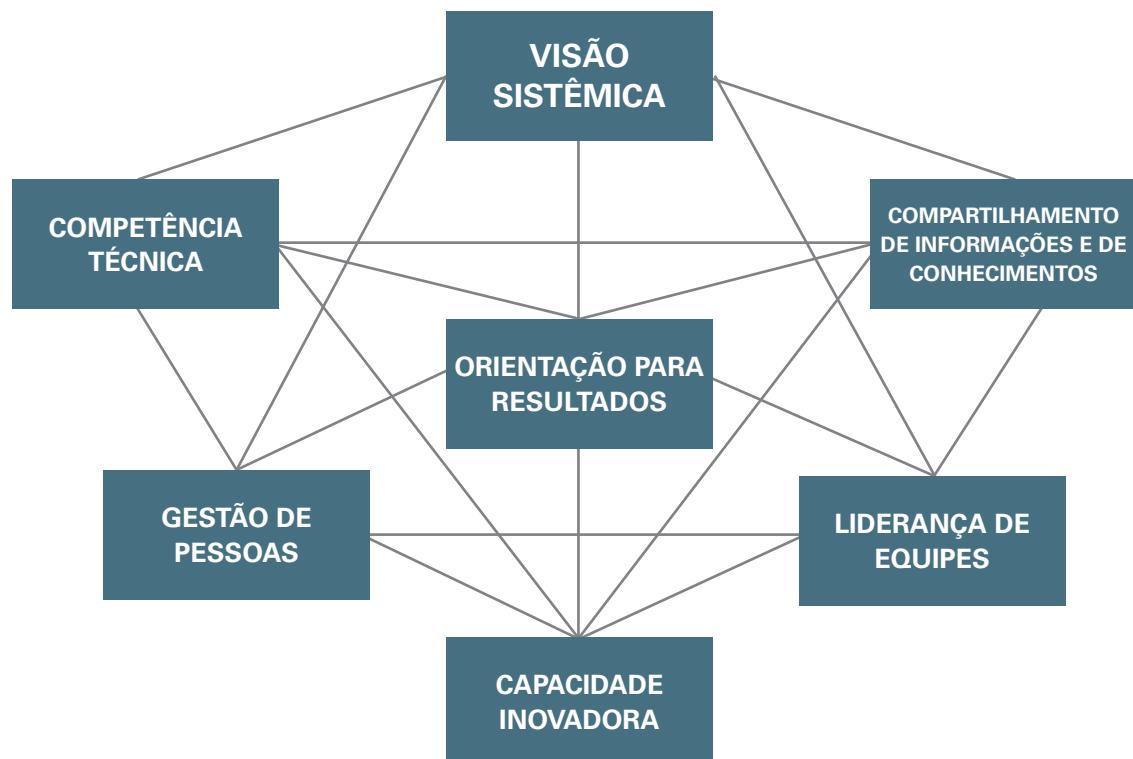
A Seplag está desenvolvendo outro importante projeto para o processo de desenvolvimento gerencial dos servidores do Governo de Minas, alinhado à análise dos resultados da Avaliação de Desempenho dos Gestores Públicos: o Circuito Líderes em Ação.

De acordo com Fernanda Neves, o projeto é direcionado para a aplicação prática das competências constantes no Perfil de Competências dos Gestores Públicos e no desenvolvimento de competências técnicas.

O perfil de competências gerenciais foi a referência utilizada para a construção da primeira vertente – aplicação prática das competências. O objetivo dessa ação consiste em aliar o desenvolvimento à prática da atuação gerencial. Para isso, a liderança de equipes e a gestão de pessoas foram estruturadas como competências-âncora que, de maneira transversal, impulsionarão o desenvolvimento das demais.

O desenvolvimento das competências técnicas, que possuem interface direta com a área específica da atuação gerencial, direcionou a construção da segunda vertente da capacitação. O módulo representou um enorme avanço para ampliar a qualificação dos gestores da Seplag, a quem cabe o papel de estruturar políticas direcionadas à modernização da gestão pública e envolver os órgãos e entidades, para viabilizarem a implementação dessas políticas.

A Fundação Dom Cabral (FDC) é parceira no desenvolvimento do Circuito Líderes em Ação. Contratada pela Seplag, a FDC desenhou a estrutura da capacita-





ção. Para isso, conduziu grupos focais com a alta administração e com o corpo gerencial da Seplag. Com base nesses encontros, foram delineados os conteúdos a serem abordados nas aulas.

O Circuito Líderes em Ação tem como foco a aplicação prática das competências, ampliando o aprendizado coletivo por meio do compartilhamento das vivências. A metodologia desenvolvida pela FDC prevê jogos, simulações, reflexões e análises, além de propiciar o desenvolvimento de uma linguagem que permite a construção do significado sobre o que é ser um gestor público do Estado de Minas Gerais.

Nos módulos da primeira edição do Circuito, desenvolvidos de junho a novembro deste ano, os participantes vivenciaram diversos papéis gerenciais, em sucessivos ciclos de ação e reação, em um ambiente de aprendizagem.

Além do conteúdo apresentado e discutido em sala de aula, foram estruturados o Mapa de Desenvolvimento, a Trilha de Desenvolvimento e as Oportunidades de Aprendizagem, instrumentos que subsidiaram a estruturação do Plano de Desenvolvimento Individual de cada gestor.

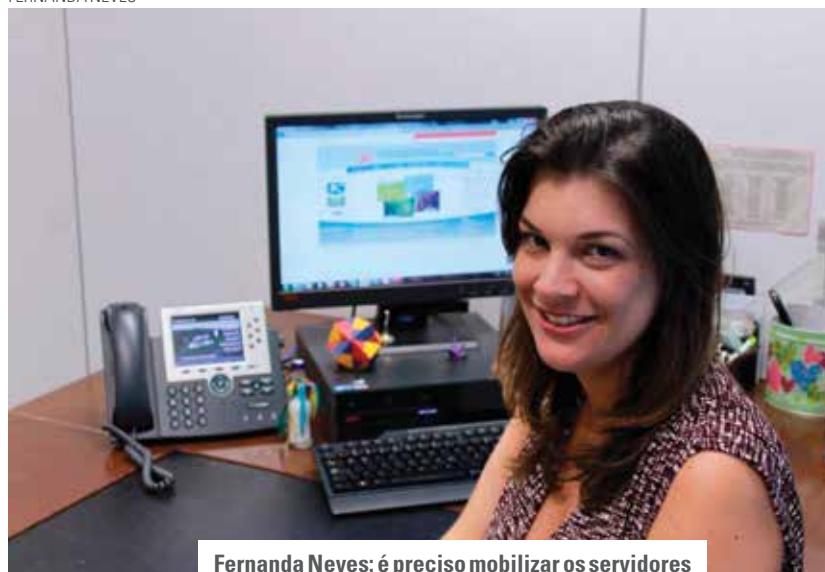
Os gestores certificados que estão exercendo a função de SPGFs iniciarão, no final de novembro, um módulo específico do Circuito Líderes em Ação, para aprimorar as competências gerenciais mensuradas durante os testes do processo de Certificação Ocupacional.

Avaliação de desempenho

A sistemática de avaliação de desempenho foi instituída em Minas Gerais, em 2005, para toda a administração direta, autárquica e fundacional, abrangendo 61 órgãos e entidades. “Desde a implantação, nosso foco é observar e analisar, de maneira contínua, o desempenho do servidor, com base em suas metas, atividades e tarefas, e, principalmente, instituir um modelo de gestão de pessoas que tem a meritocracia como cerne”, afirma Fernanda Neves.

Os gestores públicos também são avaliados continuamente. No processo de Avaliação de Desempenho dos Gestores Públícos (ADGP), a avaliação é realizada com base nas competências gerenciais, mapeadas e aplicáveis a todos os gestores do Executivo mineiro. A metodologia foi construída com base no documento “Perfil de Competências dos Gestores Públícos”.

FERNANDA NEVES

**Fernanda Neves: é preciso mobilizar os servidores**

Fernanda Neves explica que o documento descreve sete competências essenciais à atuação do corpo gerencial dos órgãos e das entidades: visão sistêmica, competência, compartilhamento de informações, orientações para resultados, gestão de pessoas, liderança e capacidade. “Essas competências se inter-relacionam para compor um conjunto de comportamentos, conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias aos gestores”, afirma.

O desenvolvimento da metodologia adotada na elaboração do perfil de competências foi pautado no alinhamento estratégico às diretrizes do Governo de Minas. “Criamos um tipo ideal de perfil de competências para os gestores públicos, que serve como parâmetro para análise e comparação do grau de aderência da prática dos gestores ao perfil desejado”, destaca a subsecretária.

Cada uma das sete competências possui uma definição e é estruturada em cinco comportamentos esperados dos gestores. Esses comportamentos são passíveis de observação, por parte dos avaliadores, e desdobram-se em um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes.

A aferição do desempenho considera duas perspectivas de avaliação: qualitativa e quantitativa. A avaliação qualitativa comprehende justamente as sete competências definidas no perfil do gestor público. Já a avaliação quantitativa é referente à verificação dos resultados obtidos de acordo com a sistemática do Acordo de Resultados. Em 2009, a ADGP foi aplicada aos gestores das 18 secretarias de Estado. No ano seguinte, foi estendida aos demais órgãos e entidades do Executivo.

CONCURSOS PÚBLICOS

www.funcab.org

Fundação Professor Carlos Augusto Bittencourt

CONCURSO PÚBLICO
Prefeitura Municipal de Cuiabá
Agente Municipal de Trânsito e Transporte
Inscrições pelo site: www.funcab.org
de 21/12 a 15/01/2012
Valor da inscrição: R\$90,00
Informações: (65) 3301-3732

CONCURSO PÚBLICO
Prefeitura de Aracruz
CARGOS DO MAGISTERIO
TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 70,00
Inscrições em: www.funcab.org
de 10/10/2011 a 06/11/2011
Informações: (27) 3404-9054 / (27) 3052-5884

CONCURSO PÚBLICO
Ministério Públco do Estado de Rondônia
CARGOS DO MAGISTERIO
TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 70,00
Inscrições em: www.funcab.org
de 10/10/2011 a 06/11/2011
Informações: (65) 3404-9054 / (27) 3052-5884

CONCURSO PÚBLICO
Prefeitura Municipal de Vitoria
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE
CARGOS DE COMBATE AS ENDEMIAS
TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 70,00
Inscrições em: www.funcab.org
de 14/12/2011 a 15/01/2012
Informações: (27) 3045-1355

CONCURSO PÚBLICO
Prefeitura de Ilheus
DIVERSOS CARGOS: ÁREA DA SAÚDE
Inscrições: de 26/01/2012 a 26/02/2012
Informações: (71) 3045-1355

CONCURSO PÚBLICO
MÂNAUS
Inscrições: de 15/09 a 04/10/2011
www.funcab.org
Informações: (65) 3421-0966 / (65) 3307-0378

Concurso
Prefeitura de Ananindeua
Educação
Inscrições: de 23/11 a 23/12/2011
Informações: (65) 3421-0966 / (65) 3307-0378

PROCESSO SELETIVO
SERVICO SOCIAL DO COMERCIO
Administrativo Regional no Estado do Rio
Sesc
Inscrições: de 09/01 a 10/01/2012

CONCURSO PÚBLICO
Estado do Amazonas
PREFEITURA DE MANAUS
Secretaria Municipal de Administração
Guarda Civil Municipal

CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA DE ILHEUS
DIVERSOS CARGOS: ÁREA DA SAÚDE
Inscrições: de 26/01/2012 a 26/02/2012
Informações: (71) 3045-1355



FUNCAB

Fundação Professor Carlos Augusto Bittencourt

Chegaram os novos cartões Alelo Benefícios.

É a Alelo trabalhando ainda
mais em seu benefício.

Y&R



A Alelo acredita que benefício só é benefício mesmo quando todo mundo sai ganhando: empresas, colaboradores e rede credenciada. Por isso, lança os cartões Alelo Benefícios agora na bandeira Elo. Mais uma opção que já nasce com a modernidade e a segurança que só a empresa líder na gestão de cartões-alimentação e refeição poderia oferecer.



alelo

A gente trabalha
em seu benefício



www.alelo.com.br



GOVERNO DO PARÁ PROMOVE AÇÕES FOCADAS NA VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO

Conheça ações desenvolvidas pelo governo estadual que resgatam o bem-estar no trabalho

■ POR RENAN MALATO - ASCOM/SEAD

O Governo do Estado do Pará, por meio da sua Secretaria de Estado de Administração (Sead), e no âmbito do Programa de Saúde e Segurança Ocupacional do Servidor, vem desenvolvendo uma série de ações com foco no ambiente de trabalho, na saúde e na qualidade de vida dos servidores públicos estaduais. O trabalho é coordenado pela Diretoria de Política de Gestão de Saúde Ocupacional da Sead (DSO/Sead), e as ações integram o Programa de Valorização do Servidor Público.

Para o servidor, as ações voltadas para a saúde e a segurança do trabalhador implicam o resgate do prazer e do bem-estar no trabalho, a afirmação de sua identidade profissional enquanto servidor público, e o próprio fortalecimento do Estado. “O Governo reconhece a fundamental importância desses agentes. Trata-se, portanto, de reconhecimento e confirmação do seu valor perante a sociedade que, ao final, é quem usufrui dos serviços prestados”, enfatizou a secretária de Administração, Alice Viana.

Ações do Programa

Entre as ações propostas destaca-se o Programa de Reabilitação Profissional do Servidor, voltado para os servidores vitimados por doenças ocupacionais, firmado por convênio de cooperação técnica entre a Sead e a Universidade do Estado do Pará (Uepa), de cujos quadros participam profissionais da área de saúde (Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia e Psicologia), que atuam na reabilitação de seres humanos. Dessa maneira, o Estado

ASCOM/SEAD



utiliza os próprios serviços para oferecer assistência aos seus servidores e, assim, diminuir custos.

“Ao ser reabilitado, o servidor pode retornar às suas atividades cotidianas, obter melhora em sua qualidade de vida, diminuir a prorrogação de licenças de saúde, diminuir custos para o Estado e evitar transtornos decorrentes da falta de mão de obra capacitada”, explicou a diretora de Gestão de Política de Saúde Ocupacional do Servidor, Sandra Henderson.

Para oficializar o registro dos acidentes de trabalho e facilitar os encaminhamentos, o Governo criou o Guia

de Informações de Acidente de Trabalho (Giat), um instrumento que mapeia os principais acidentes de trabalho. A Giat é integrada a um módulo de perícia médica no Sistema de Gestão Integrada de Recursos Humanos (Sigirh), que é responsável pela automatização das atividades de gestão de pessoas. Abrange todo o histórico funcional e o processamento da folha de pagamento



Tratamento de estética gratuito na programação do Dia do Servidor

dos servidores públicos estaduais.

"As informações registradas no sistema também servirão de subsídio para o estabelecimento de estratégias e políticas de combate e prevenção de acidentes, atendendo, assim, às necessidades trabalhistas, estatísticas, epidemiológicas e sociais," comentou Alice Viana.

Blitz Ergonômica

Outra ação é a Blitz Ergonômica, que faz adequações e orientações ergonômicas e posturais para os

servidores. Ela é realizada em visitas programadas aos setores, quando, então, se faz a análise técnica do ambiente de trabalho, baseado na NR 17 (Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho), com base na qual são sugeridas as modificações necessárias para um melhor e mais seguro desempenho das atividades laborais.

Os principais resultados da Blitz são servidores capacitados a utilizar, de forma correta e segura, as ferramentas de trabalho, e sua conscientização sobre a importância de manter uma correta postura corporal no trabalho, o que permite identificar antecipadamente as possibilidades de adquirir algum tipo de lesão por esforço repetitivo, e intervir com orientações preventivas para se alcançar um melhor uso do espaço.

O Estado também faz avaliações de ambientes de trabalho, que são executadas para verificar a existência de atividades insalubres e/ou perigosas, desenvolvidas pelos servidores. Por meio dessas avaliações, são recomendadas melhorias e viabilizados pagamentos de adicional de insalubridade. As inspeções abrangem a parte elétrica, a hidráulica, a iluminação, o mobiliário, a limpeza e a conservação do ambiente. Aponta também as inadequações encontradas, como também descreve equipamentos de proteção individual e coletiva, de acordo com as Normas Regulamentadoras (NRs).

Atividades físicas

E, para manter e promover as condições de saúde, prevenindo doenças e encorajando os servidores públicos a estabelecer mudanças no seu estilo de vida, o Governo do Pará criou o programa Servidor na Academia, que propicia o ingresso nas academias a preços acessíveis, com descontos de até 50%.

"Uma análise criteriosa de infraestrutura foi feita em diversas academias de Belém para definir quais poderão aderir ao termo de parceria. Outra análise está sendo feita no interior do Estado, com os mesmos critérios, para que os servidores lotados nesses polos possam também ser beneficiados com o programa," frisou Alice Viana.

Programação especial no Dia do Servidor Público

Como comemoração alusiva à data 28 de outubro – Dia do Servidor Público –, o Governo do Estado,



PARÁ



ASCOM/SEAD



Secretaria de Estado de Administração, Alice Viana

por intermédio da Sead, preparou uma programação especial, com quatro dias de duração (de 24 a 27 de outubro), no hall da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (FCTPN). Consistiu na apresentação de diversas ações gratuitas voltadas ao serviço público, como atendimento de saúde, atividades culturais (shows musicais, teatros e feiras de talentos) e atos de conscientização e responsabilidade social, além de cuidados estéticos e ações de cidadania.

Marcando o encerramento das ações do Dia do Servidor, a Sead promoveu a I Corrida e Caminhada do Servidor, patrocinada pelo Banco do Estado do Pará (Banpará) e organizada pela Diretoria de Política de Gestão de Saúde Ocupacional do Servidor (DSO/Sead). Do evento participaram mais de mil servidores, no Parque Ambiental do Utinga, em Belém.

As inscrições, gratuitas, eram feitas pelo site da Sead. Para obter confirmação da inscrição, o participante devia doar 1 kg de alimento não perecível. Ao final do evento, havia sido doada uma tonelada de alimentos, para três instituições vencedoras, indicadas, por voto, pelos próprios participantes. O percurso da corrida foi de 8 km, enquanto a caminhada, de 4 km, com largada às 6h30. Para cronometrar o tempo e classificar os corredores por categoria, foi utilizado um chip eletrônico

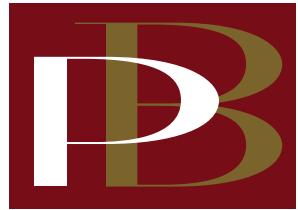
descartável. Os participantes ganharam outros atrativos, que animaram ainda mais o evento, como artistas de rua, DJ e sorteio de brindes.

Premiação

A titular da Sead e o vice-governador e secretário especial de Estado de Gestão, Helenilson Pontes, completaram a prova na modalidade corrida. Todos os participantes receberam medalhas de participação. Foram premiados os três primeiros colocados por categoria, com troféus, medalhas e a quantia de R\$ 500 (para o 1º lugar), R\$ 300 (para o 2º lugar) e R\$ 200 (para o 3º lugar). Graças ao grande sucesso do evento, a Corrida e Caminhada do Servidor entrou para o calendário comemorativo do Governo do Estado do Pará.

“Esporte é vida, e essa iniciativa do Governo incentiva os servidores a praticar e a manter a saúde em dia”, declarou o policial militar e vencedor da corrida Renato Teixeira, que levou para casa o prêmio de R\$ 500, além da medalha de ouro e do troféu.

“Torna-se indispensável que os gestores do serviço público se preocupem não só com a geração de folhas de pagamento, mas consideravelmente com a promoção de iniciativas que valorizem o servidor público e que tragam benefícios não só para sua vida profissional, mas também para sua vida pessoal”, confirmou Alice Viana.



ProBid



Inteligência e comprometimento para resultados na Modernização da Gestão de Pessoas



**Experiência profissional em projetos e soluções, especialização
em Tecnologia da Informação e foco no Setor Público.**





CENTRAL DE VIAGENS: O BAIXO CUSTO NO “LEILÃO” DA PASSAGEM AÉREA

Conheça ações desenvolvidas pelo governo estadual que resgatam o bem-estar no trabalho

■ POR EVANDRO FADEL – PARANÁ

ACentral de Viagens do Governo do Paraná, administrada pela Secretaria da Administração e da Previdência (Seap), tem como missão dotar o Governo do Paraná de um sistema gerencial de programação, execução, controle e avaliação das viagens efetuadas por servidores públicos. De uma forma inovadora, a equipe de tecnologia do Estado desenvolveu um aplicativo para a aquisição de passagens aéreas, na forma de um “leilão” que seleciona horários e valores entre as ofertas das empresas aéreas, conseguindo, com isso, bons descontos.

Em outras palavras, na compra de uma passagem aérea, o sistema consegue localizar a melhor oferta para o dia e o horário da viagem, além de imprimir agilidade na aquisição do bilhete, o que abrevia significativamente o tempo gasto pelos servidores com essa atividade. O responsável pelo sistema possui senha de agência de viagem para a aquisição das passagens. A operação é realizada via web.

Para que o sistema funcione adequadamente, é necessário que a viagem seja planejada previamente e em todos os detalhes, como horários e destino. Qualquer troca de roteiro em cima da hora implica alteração dos preços, perdendo-se, assim, as vantagens adquiridas no processo de compra programada. Com efeito, os resultados mostram diferenças de até 70% a menor que os preços praticados no mercado.

JOSE GOMERCINDO/ANPR



Entenda o funcionamento

A Central de Viagens é responsável pelo controle de todos os deslocamentos de servidores para fora do município de trabalho.

O processo é simples. Primeiro, para a liberação de uma viagem, o solicitante precisa, inicialmente, enviar o pedido à chefia imediata. Caberá ao ordenador de despesas a aprovação final do pedido. Em seguida, a Central de Viagens inicia a investigação da cotação, para encontrar o menor preço.

Paralelamente, é consultado o Departamento de Recursos Humanos, que vai confirmar se o servidor que solicitou a viagem está autorizado a fazê-la. Posteriormente, caberá ao setor financeiro empenhar os recursos para a efetivação da viagem. De posse desses dados, enviados eletronicamente, o ordenador de despesas decidirá sobre a aprovação da viagem,



Secretário Jorge de Bem e servidores discutem sobre a Central de Viagens

cabendo-lhe até mesmo o direito de autorizar a aquisição de bilhete de maior valor, se for de interesse do serviço – o sistema gera pelo menos três alternativas de horários e valores. Concedida a autorização, é feito, imediatamente, um comunicado ao banco, para a liberação do dinheiro.

E o trabalho da Central de Viagens não acaba aí. É dela a responsabilidade de receber o relatório, já aprovado pelo ordenador de despesas, com detalhes técnicos e o resultado prático do deslocamento. A prestação de contas precisa, obrigatoriamente, ser realizada no prazo de 48 horas, a contar do retorno do servidor. Caso contrário, o CPF do servidor ficará bloqueado no sistema, e ele não poderá fazer outra viagem enquanto não regularizar a situação. Para que o acerto das contas não seja esquecido, o servidor recebe, pelo sistema interno de comunicação, mensagens diárias sobre essa obrigação.

Prestação de contas

Para efetivar essa prestação de contas, basta apresentar o bilhete de embarque. Para a comprovação das diárias, é preciso apresentar o comprovante de saque do valor retirado do cartão corporativo. A prestação de contas é o verdadeiro espelho contábil da viagem. Os relatórios ficam disponíveis na internet, para consulta pública, no seguinte endereço: www.relcentralviagens.pr.gov.br.

As informações geradas também ficam disponíveis aos órgãos fiscalizadores, que têm acesso, em tempo real, a relatórios gerenciais completos, o que facilita o monitoramento do gasto público. Tudo fica devidamente registrado, para ser auditado a qualquer tempo.

A Central de Viagens está inserida no Departamento de Transporte do Estado (Deto / Seap) e é regulamentada pela Lei Complementar nº 104/2004, pelo Decreto nº 3.498/2004 e pela Resolução Conjunta nº 01/2012 – CC/Seap/Sefa.



EM PERNAMBUCO, SERVIÇOS PÚBLICOS SÃO PRESTADOS NO EXPRESSO CIDADÃO

Unidades funcionam em horário especial para facilitar a vida de quem procura por atendimento

■ POR RENAN MALATO - ASCOM/SEAD

Foi-se o tempo em que serviço público só funcionava em dias úteis e em horários comerciais.

Em Pernambuco, uma grande oferta de serviços pode ser encontrada de segunda a sábado, em horário ininterrupto, nas unidades do Expresso Cidadão. É possível, em um único lugar, encontrar representações de órgãos públicos e de empresas privadas, oferecendo serviços variados, em horários especiais. Coordenado pela Secretaria de Administração, o Expresso Cidadão é responsável por oferecer uma gama de serviços com qualidade, rapidez, eficiência e conforto, de forma a simplificar, cada vez mais, a vida do cidadão pernambucano.

O Expresso Cidadão é um modelo de prestação de serviços, que opera com mais de 20 órgãos parceiros. São, ao todo, oito unidades espalhadas por todo o Estado. É possível encontrar atendimento tanto na Região Metropolitana do Recife, quanto no município sertanejo de Petrolina e no Agreste, nos municípios de Caruaru e Garanhuns. A localização dessas unidades é planejada de forma a atender tanto aos moradores de bairros mais próximos e quanto aos habitantes dos municípios vizinhos.

O horário de funcionamento do Expresso Cidadão é uma de suas grandes vantagens. Os Expressos, diferentemente das convencionais instituições públicas, funcionam em horários ininterruptos e abrem também aos sábados. Em Pernambuco, algumas unidades estão localizadas em centros comerciais, o que facilita, ainda mais, a vida de quem circula nesses locais.

A última unidade foi inaugurada recentemente, em outubro, sendo a quinta localizada na Região Me-

tropolitana do Recife, e a primeira na Zona Sul. Opera dentro de um shopping, o Rio Mar. É um dos maiores Expressos na Região Metropolitana, ocupando um espaço de 1.546,30 m². Tem 200 funcionários e capacidade para realizar mais de 50 mil atendimentos por mês. É o segundo Expresso Cidadão inaugurado pelo Governo do Estado neste ano. Entre os serviços mais procurados, destacam-se: a emissão de carteira de identidade e de CPF, de antecedentes criminais, de carteira de trabalho, consultas ao Detran, intermediação de empregos, conciliação e negociação de dívidas, curatela, tutela, inventário e reintegração de posse, investigação de paternidade, comercialização de medicamentos, solicitação de alvará, emissão de certidão negativa, de carnês de IPTU e acesso gratuito à internet. Juntas, as oito unidades realizam uma média de 220 mil atendimentos por mês.

Para o secretário de Administração de Pernambuco, Ricardo Dantas, o Expresso Cidadão virou sinônimo de prestação de serviço com qualidade e rapidez. E comenta: "para manter a excelência em atendimento, as unidades do Expresso recebem manutenção regularmente e seus funcionários são qualificados constantemente".

Petrolina

Petrolina, município localizado a 730 km de Recife, ostenta uma população de mais de 290 mil habitantes. O Expresso Petrolina foi o primeiro a funcionar no interior de Pernambuco. Ocupa 846,20 m² em área situada



no River Shopping. Graças à fácil localização e ao amplo horário de funcionamento – de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, e aos sábados, das 10h às 16h –, a unidade de Petrolina atende também a moradores de diversos municípios vizinhos. Registra, por mês, aproximadamente 15 mil atendimentos.

Caruaru

Em Caruaru, município situado a 130 km da capital, o Expresso foi inaugurado em maio de 2010. A unidade, que possui uma área 755,85 m², foi a primeira a ser instalada na região do Agreste de Pernambuco. O Expresso Caruaru funciona no Outlet Fábrica da Moda, de segunda a sexta-feira, das 7h às 18h, e aos sábados, das 8h às 14h. Possui a capacidade de fazer 20 mil atendimentos por mês.

Garanhuns

A unidade funciona no município de Garanhuns, no Agreste Meridional, distante 228 km da capital pernambucana. Atende à demanda não só dos moradores da cidade, mas também de 20 outros municípios da região. A unidade tem uma área total de 1.682,40 m². Consegue realizar mais de 30 mil atendimentos ao mês,

de segunda a sexta-feira, das 7h às 18h, e aos sábados, das 8h às 14h.

Expresso Cidadão Virtual

O Expresso Cidadão não restringiu seu atendimento à forma presencial. A emissão de documentos e a realização de parte dos serviços oferecidos pelos órgãos da administração pública também podem ser feitas sem que o cidadão tenha de sair de casa. A Secretaria de Administração de Pernambuco disponibilizou, pela internet, de forma centralizada, informações detalhadas sobre os serviços de interesse do cidadão e da sociedade. Denominado Expresso Cidadão Virtual, o portal www.expressocidadao.pe.gov.br contém informações sobre serviços eletrônicos oferecidos pelos órgãos, com a sua descrição e o nome da entidade responsável. Um dos objetivos do site é desafogar o atendimento e, assim, facilitar o acesso da população às unidades do Expresso Cidadão. O portal informa o que é possível ser realizado de forma presencial e semipresencial, e fornece endereços eletrônicos, instruções gerais para sua utilização, horário de atendimento, documentação e demais procedimentos necessários. O secretário de Administração, Ricardo Dantas, vê, no portal, um eficiente canal de comunicação entre o Governo de Pernambuco e a sociedade.



LIVRO APRESENTA AVANÇOS E PERSPECTIVAS DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA QUE VEM SENDO CONSTRUÍDA NOS ÚLTIMOS SEIS ANOS

Investimentos de R\$ 100 milhões garantem implantação de quatro sistemas corporativos

■ POR LÚCIO SANTOS/SEPLAG-RJ

A consolidação dos projetos em andamento e discussão dos novos desafios da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro (Seplag) foram os dois principais eixos sobre os quais se apoiou o livro “Avanços e Perspectivas”. Elaborada pela Subsecretaria-Adjunta de Modernização da Gestão da Seplag, a publicação foi recentemente distribuída aos gestores de todos os órgãos das Administrações Direta e Indireta do Estado, aos secretários que formam o colegiado do Consad e do Conseplan, aos deputados estaduais fluminenses, à bancada do Rio de Janeiro no Congresso Nacional e, a partir de janeiro de 2013, será distribuída aos prefeitos dos 92 municípios do Estado.

A ideia da criação da publicação surgiu durante a elaboração do novo Plano Plurianual (PPA) do Estado do Rio de Janeiro, que abrange o período 2012-2015. O objetivo foi mostrar ao público-alvo um balanço de tudo o que foi construído pela Seplag desde 2007, e apresentar os novos desafios, que implicam, principalmente, ações conjuntas com os demais órgãos do Estado e com as prefeituras fluminenses.

Em sua mensagem, o secretário Sérgio Ruy Barbosa destaca que, ainda em 2007, foram traçadas oito diretrizes que, desde então, vêm orientando as ações prioritárias da Seplag: profissionalização da burocracia; transparência; descentralização; desconcentração; gestão por resultados; novas formas de planejamento, acompanhamento e con-

trole; novas formas de prestação de serviços públicos; e orientação para o cidadão-usuário.

Os desdobramentos dessa estratégia resultaram na implantação de quatro grandes sistemas corporativos, abrangendo as seguintes áreas: recursos humanos; aquisições; planejamento e orçamento; e patrimônio imobiliário. Também foram criadas carreiras com perfil gerencial, com um desenho que privilegia a ascensão por mérito.

Para isso, a Seplag investiu cerca de R\$ 100 milhões, com recursos do Tesouro Estadual e de instituições de fomento, como o BNDES, o BID e o Banco Mundial. Segundo Sérgio Ruy Barbosa, “trata-se do maior e mais amplo volume de investimentos financeiros em ações de gestão pública na história do Estado do Rio de Janeiro, que, somados a outros gastos em políticas públicas duráveis, ratificam o compromisso do atual governo de somar forças e reverter, num curto espaço de tempo, um período de baixo crescimento econômico e a sensação de intransquilidade da maioria de seus cidadãos”.

Um órgão para “pensar” a gestão estadual

A elaboração da publicação “Avanços e Perspectivas” coube à Subsecretaria-Adjunta de Modernização da Gestão, que contou com o esforço conjunto de todas as áreas da Seplag. Ao longo do documento, são apresentados um



Publicação apresenta ações prioritárias da Seplag

balanço das ações realizadas no período 2008-2011 e as perspectivas para o período 2012-2014.

A modernização e a promoção da eficiência da administração pública estadual, melhorando a qualidade do gasto e tornando mais transparente a prestação de contas à sociedade, é não só o principal objetivo da Seplag, mas sua própria razão de ser. A criação da Secretaria, em janeiro de 2007, foi um marco nesse processo, conforme registra aquela publicação: “a consolidação das antigas Secretarias de Controle e Gestão, de Planejamento e Integração Governamental e de Administração e Reestruturação em uma única secretaria reforçou a ideia de um órgão central de planejamento responsável por pensar a gestão estadual”.

Uma das primeiras providências foi a reestruturação de 13 empresas, com destaque para o Fundo Único de Previdência Social (Rioprevidência), e a descentralização orçamentária, com a concessão de quotas quadrimestrais, com base na evolução da arrecadação.

Logo ficou claro, porém, que a tão sonhada modernização da gestão só seria possível com um investimento maciço em Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC). A implantação dos sistemas de gestão de recursos humanos (SIGRH), de gestão de aquisições (Siga), de gestão do patrimônio imobiliário (Sispal) e de inteligência em planejamento e gestão (Siplag) viabilizou o processo de descentralização da gestão, promovido pela Seplag.

Outro projeto fundamental, iniciado em 2008, foi o Identidade Funcional, cujo objetivo foi identificar biometricamente todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas do Estado do Rio de Janeiro. Em quatro anos, foram identifica-

dos 430 mil servidores, em dados que geram maior confiabilidade ao cadastro de recursos humanos do Estado.

Metodologias para resultados

Para os próximos anos, a publicação destaca o fortalecimento da prática do planejamento. O objetivo é absorver os desafios e dar respostas rápidas e efetivas. O último PPA, relativo ao período 2012-2015, já foi fundamentado em parcerias com todos os órgãos do governo. Segundo o documento, “a elaboração e a implantação de metodologias de gestão para resultados também estão dentro dos objetivos da Seplag que vão dar suporte à celebração de acordos com toda a Administração Direta e Indireta”.

Além disso, a Seplag pretende aprimorar o processo de planejamento governamental mediante uma maior articulação com o processo orçamentário. O Sistema de Inteligência em Planejamento e orçamento (Siplag) já atende aos ciclos de elaboração da proposta do orçamento do Estado e de acompanhamento da execução orçamentária.

Outro desafio que a Seplag decidiu enfrentar foi a proposta de criação do Fórum Estadual de Planejamento e Gestão (Planges-RJ). Conforme declarado na publicação, “o objetivo é criar um espaço permanente de debate e articulação entre os órgãos de planejamento e gestão do Estado do Rio de Janeiro, sendo a Seplag a organizadora, e as Secretarias Municipais de Planejamento e Gestão as participantes”.

O Programa de Desenvolvimento Social de Macaé e Regiões (Prodesmar), resultado de parceria entre a Petrobras, a Seplag e os municípios de Macaé e Rio das



Ostras, já se encontra implantado e com ações já estabelecidas, voltadas para as regiões norte e noroeste do Estado. Agora, a Secretaria pretende implantar projetos semelhantes nas demais regiões do Estado, a começar pela Região Serrana, cuja população foi vítima das chuvas de janeiro de 2011. Depois, será a vez do Plano das Baixadas Litorâneas.

A mesma publicação informa que "se espera que esses projetos se tornem vitrine para outras regiões, estimulando o compartilhamento de boas práticas de gestão, capazes de gerar soluções transversais, em função da convergência de interesses entre o Poder Público estadual, o municipal e outros agentes sociais". E completa: "a formulação de políticas públicas integradas tende a reduzir as desigualdades socioeconômicas e socioculturais, além de contribuir para a elaboração de programas adequados às realidades dos municípios (e macrorregiões) e efetivos na obtenção de resultados de longo prazo".

Desburocratização e transparência

O livro destaca ainda a consolidação dos projetos de modernização da gestão pública, com foco na desburo-

cratização e no aprimoramento de rotinas que possam acelerar e dar transparência aos processos administrativos, ao mesmo tempo em que garantam a integridade das informações.

Para auxiliar nesse processo, a Seplag tem como meta estruturar um Escritório de Modernização, que fique responsável por promover, articular e garantir a excelência na gestão administrativa estadual. Segundo teor do documento, "esse escritório terá também, como atribuição, o fomento de novas ferramentas de gestão", tais como o Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED).

Esse e muitos outros projetos que atualmente vêm sendo desenvolvidos pela Secretaria de Planejamento e Gestão são desafios fundamentais para superar a cultura de gestão administrativa centralizada e sem foco nos resultados, conforme se comenta na publicação: "a Seplag, na qualidade de órgão central de planejamento e gestão, vem somando esforços para modernizar e fortalecer a gestão pública, construindo uma nova perspectiva de planejamento e gestão para o Estado do Rio de Janeiro, que preconiza não apenas a eficiência do gasto público, mas também a eficácia e a efetividade da ação governamental".

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DO RIO COMEÇA A VIGORAR A PARTIR DE MARÇO

RJPREV busca estancar o déficit previdenciário

Os servidores dos três poderes do Estado do Rio de Janeiro vão ganhar, a partir de março de 2013, um fundo de previdência complementar. Será o RJPREV, criado pela Lei nº 6.243, de 2012. Quem está à frente da implantação da instituição é o secretário de Planejamento e Gestão, Sérgio Ruy Barbosa, e o diretor-presidente do Rioprevidência, Gustavo Barbosa. O novo fundo terá diretoria e funcionários próprios e será totalmente independente do Rioprevidência.

Para Gustavo Barbosa, o novo fundo representa uma evolução do governo fluminense no campo da previdência social, que só foi possível após toda a reorganização feita no regime próprio, a partir

de 2007. "Não haveria condições de se pensar em RJPREV se não tivesse sido feito esse dever de casa", explica Barbosa.

Segundo ele, o passo seguinte foi buscar fórmulas para evitar a evolução do déficit previdenciário. O regime previdenciário no Rio de Janeiro apresenta um déficit estrutural, como praticamente todos os outros regimes do País, mas tem uma situação mais confortável, graças à alocação de parte dos royalties e da participação especial do petróleo na Rioprevidência. Mesmo assim, o Estado arca hoje com um déficit de R\$ 38 bilhões. Segundo Barbosa, "o Rio-previdência tem um passivo de R\$ 120 bilhões, com

R\$ 82 bilhões de ativos, ou seja, 75% das obrigações previdenciárias estão cobertas." Ele lembra que o índice de cobertura das obrigações previdenciárias de outros estados, em sua maioria, é inferior ao do Estado do Rio de Janeiro.

A previdência complementar estanca esse déficit porque, a partir da sua entrada em vigor, os novos servidores contribuirão e se aposentará pelo Rioprevidência até o limite do teto do INSS, que hoje é de R\$ 3.916,00. Quem perceber remuneração acima desse valor e quiser garantir uma aposentadoria superior à do teto do INSS terá de contribuir para o RJPREV.

Segundo Gustavo Barbosa, o Estado vinha estudando a implantação da previdência complementar havia algum tempo. Desde 1998, com a primeira reforma da previdência (Emenda 20), a Constituição Federal já estabelecia a possibilidade de constituir previdência complementar para o servidor público. Esse propósito foi ratificado pela Emenda 41, em 2003, por ocasião da segunda reforma da previdência.

A folha anual de pagamento do Rioprevidência, com aposentados e pensionistas, é atualmente de R\$ 11 bilhões. Desse valor, cerca de 20%, ou seja, R\$ 2,2 bilhões, referem-se a benefícios superiores ao teto. "Isso significa que o Estado está inserido num risco atuarial de R\$ 2,2 bilhões. Tem sentido o Estado ficar nesse risco para pagar pensões e aposentadorias de 10 mil, 12 mil dólares? Faz parte da atribuição do Estado? No meu entender, não", afirma Barbosa.

Evolução

Felizmente, com o RJPREV, esse risco atuarial vai parar de evoluir. Aqueles servidores que ingressarem no serviço público estadual a partir da vigência do novo fundo vão contribuir com 11% até o teto do INSS, e, acima disso, com até 8,5% sobre o excedente. O percentual será definido pelo servidor. Em compensação, o Estado continuará contribuindo com 22% até o teto do INSS, e, acima disso, com o mesmo percentual do servidor, numa relação paritária.

Sobre o recebimento do benefício, Gustavo Barbosa explica que "a Constituição determinou que o plano de benefícios a ser oferecido para esse servidor é de contribuição definida." Com isso, o benefício será o que o servidor juntar de recursos; vai, então, depender da poupança acumulada. A grande vantagem do plano de contribuição definida para o Estado é que não gera déficit.

Gustavo Barbosa, para ilustrar como o novo fundo vai funcionar, dá o seguinte exemplo: se o servidor juntar, por exemplo, R\$ 1 milhão, esse valor será dividido pelo tempo que o servidor tem expectativa de viver, segundo fórmula da tábua biométrica utilizada pelos fundos de pensão e os cálculos feitos pelo RJPREV. Atualmente, a tábua mais utilizada é a AT 2000, mas essa tábua precisa ser atualizada conforme a expectativa de vida da população. Por isso, a legislação vincula o cálculo à tábua biométrica existente na época do cálculo do benefício, e não a uma tábua específica. Além disso, existem ferramentas que o atuário utiliza para atualizar a tábua, fazendo que ela fique mais conservadora na época do cálculo, técnica importante para garantir a solvência do Fundo.

Cálculos

Atualmente, o servidor aposenta-se pela Regra Geral, ou seja, pela média das contribuições vertidas à Previdência do Estado. Existe uma segunda regra, que hoje prevalece na maioria dos benefícios pagos pelo Rioprevidência, que é a paridade e a integralidade, segundo a qual o servidor se aposenta pela última remuneração. Assim, se ele ganha R\$ 10 mil, vai se aposentar pela média ou pela integralidade, sendo que esta última medida foi extinta em 2003. E não há o limite do teto do INSS, apenas o limite do teto constitucional dos poderes. Ou seja, o servidor pode levar os R\$ 10 mil para a sua aposentadoria.

Com a previdência complementar, o servidor continuará a receber o benefício do Rioprevidência até o teto, e um benefício complementar calculado com base no quanto ele fez de reserva para esse fim. A tábua biométrica é que vai definir quanto ele vai receber por mês.

Se, porém, o servidor sobreviver ao tempo previsto pela tábua, o Fundo de Longevidade garantirá o pagamento do benefício até o seu falecimento. Esse fundo será constituído pela contribuição de todos os participantes do RJPREV, mas dentro dos 8,5%.

Barbosa explica que, dos 17% total de contribuição (8,5% do servidor mais 8,5% do Estado), a maior parte destina-se ao pagamento dos benefícios programados, calculados pela tábua biométrica. Outra parte vai para o benefício de risco, para casos de morte ou invalidez ainda no período da contribuição. Nesse caso, o valor será pago ao beneficiário definido pelo servidor, em caso de morte. Há ainda a taxa de administração e o Fundo de Longevidade, que também é um benefício de risco. Em



CLAUDIA ELIAS/SEPLAG-RJ



Diretor-presidente do RJPREV, Gustavo Barbosa

todos os casos, os benefícios serão recalculados com base na expectativa de vida do segurado e, como já foi dito, para o Fundo de Longevidade, o pagamento cessa quando do falecimento do servidor.

Incentivo fiscal

Apesar da nova sistemática valer apenas para os novos servidores, os antigos também poderão contribuir para o RJPREV, que poderá ser utilizado como uma espécie de Plano de Previdência Privada. Ademais, esse novo plano oferece um incentivo fiscal ao contribuinte, na forma de desconto no Imposto de Renda de até 12% sobre a renda total do servidor.

Gustavo Barbosa explica que, para os servidores que ganham acima do teto, todas as simulações têm mostrando que eles poderão ter uma renda superior à que teriam se ficasse no regime próprio. Isso acontece por alguns motivos. Em primeiro lugar, porque há dedução do IR sobre a contribuição para a previdência complementar. Em segundo lugar, porque existe uma Tabela Regressiva de Retenção de Imposto de Renda que define que, se o participante contribuir por mais de 10 anos ao plano de previdência complementar, a renda oriunda dessa contribuição sofrerá uma alíquota de 10%; bem inferior, então, aos 27,5% atuais. Ademais, existe uma regra na previdência de regime próprio que determina que o servidor

que ganha acima do teto do INSS deve contribuir com 11% sobre o valor que excede o teto do INSS. Na previdência complementar, não existe tal contribuição.

Até mesmo quem ganha R\$ 10 mil poderá ver muitas vantagens em entrar na previdência complementar. Nas carreiras jurídicas, por exemplo, em que é comum o magistrado aposentar-se pela compulsória (aos 70 anos), a despeito de todo o tempo que tenha contribuído, ele se aposentará com o mesmo valor com que se aposentaria aos 60. Assim, se ele se aposentará com 70 anos, terá contribuído com mais 10 anos, mas se aposentará com o mesmo salário a que tinha direito quando tinha 60. Na previdência complementar, isso funciona de forma diferente, porque o benefício depende de quanto o servidor acumular versus a tábua biométrica. Com isso, ao trabalhar mais, o servidor aumentará a sua reserva e reduzirá sua expectativa de vida. Assim, o servidor potencializa o ganho. Esse servidor poderá ganhar, em simulações realizadas pelo Rioprevidência, até 40% a mais do que no modelo atual, é o que afirma Barbosa.

Agilidade e conforto

O Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (Rioprevidência) é o órgão responsável

pelo pagamento de proventos, pensões e outros benefícios previdenciários. Atualmente, o Estado acolhe 234 mil aposentados e pensionistas, o que corresponde a R\$ 870 milhões por mês na folha de pagamento.

Com a modernização da gestão do Rioprevidência, várias iniciativas inovadoras foram implantadas para dar mais agilidade e conforto ao servidor inativo e ao pensionista do Estado. Um dos destaques nesse processo foi a redução do tempo para a concessão de pensão. Antes, podia levar até 12 meses, enquanto hoje é feita em tempo real. No prazo médio de 30 minutos do requerimento, a pensão costuma estar implantada e seu valor disponível no mês seguinte.

Para facilitar a vida do segurado, o órgão conta com 22 locais de atendimento, entre postos e agências espalhados por todo o Estado do Rio de Janeiro. O atendimento, que pode ser agendado pelo site do Rioprevidência ou pelos telefones 0800 285 8191 e 0800 282 2326, permite que o segurado seja atendido prontamente e com conforto e comodidade. Na hora do agendamento, o requerente é informado sobre toda a documentação que deverá apresentar. Poderá também escolher o dia, a hora e o local para ser atendido. O endereço dos postos de atendimento encontra-se no site www.rioprevidencia.rj.gov.br.

Com relação aos próprios servidores, o Rioprevidência tem como política a formação, a capacitação e o aperfeiçoamento contínuo do seu quadro, a fim de promover uma gestão pública com qualidade e voltada para resultados. São desenvolvidos programas internos de capacitação, que são oferecidos a todos os servidores, além de cursos específicos para o desenvolvimento de competências essenciais ao desempenho de atividades diferenciadas e específicas, tão necessárias à gestão do Rioprevidência. Só em 2011, foram realizadas mais de 25 horas de treinamento por servidor.

Em 22 de março de 2011, o Rioprevidência inaugurou a primeira Escola de Educação Financeira do País. Sediada em Vila Isabel, a Escola de Educação Financeira do Rioprevidência visa à realização de cursos, palestras e outros eventos de caráter educativo, relativos aos temas de finanças pessoais, mercado financeiro, previdência, mercado de capitais e outros temas afins. Para isso, estabelece, como diretrizes institucionais, a gratuidade dessas ações, a formação de parcerias com órgãos, entidades públicas, associações e instituições autorreguladoras do Sistema Financeiro Nacional, além de priorizar o atendimento aos segurados.

Rioprevidência Cultural

Outra iniciativa é o Rioprevidência Cultural, local destinado aos servidores ativos, aposentados e pensionistas do Estado do Rio de Janeiro e ao público em geral. Lá são desenvolvidos programas especialmente planejados para atender às demandas dessa população. O Rioprevidência Cultural proporciona atividades de treinamento, entretenimento e cultura. A programação do Rioprevidência Cultural, atualizada mensalmente, também focaliza o público da terceira idade, que carece de opções de lazer e cultura, necessários para a manutenção de mente e corpo saudáveis.

Chat

Em 2008, o Rioprevidência criou, em seu site, uma sala de conferências, denominada Rioprevidência Responde/Chat com a Diretoria. De 2008 para cá, já foram realizados mais de 25 encontros de internautas com diretores e com o presidente do Rioprevidência, para se discutir diversos assuntos, como: segurança, investimentos, aspectos jurídicos, auditoria e administração e finanças.

Com o sucesso obtido por esse canal, o Rioprevidência procurou estar mais presente entre o seu público-alvo. Por isso, está aumentando o número de salas de conferências e conta com a presença de todos os diretores e do presidente em cada uma delas.

Rioprevidência Móvel

É uma agência itinerante, que leva todos os serviços de uma agência convencional do Rioprevidência a localidades que não possuem postos ou agências, e também a bairros do Rio de Janeiro com grande concentração de servidores.

Trata-se de uma agência móvel, totalmente informatizada, com funcionários treinados para atender ao segurado. Ela tem capacidade para oferecer todos os serviços prestados pelo Fundo, como: simulação de aposentadoria, concessão de pensão e consulta a contracheque.

Em setembro, o Rioprevidência Móvel comemora três anos de atividade e ostenta ótimos números: foram mais de 3.500 segurados beneficiados, 37 locais visitados e 520 horas de atendimento.



RIO GRANDE DO NORTE AMPLIA SETOR DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Fomenta capacita MPE a participar de pregões e licitações

■ TEXTO ORIGINAL: SANDRA MONTEIRO, ASCOM SEBRAE-RN
TEXTO ADAPTADO: LUCIANO FARIA, SEARH-RN

FRED VERAS



Rodada de negócios com fornecedores locais e órgãos do Governo

Prévio eletrônico ou presencial, licitação e até mesmo a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa ainda são atividades e áreas pouco conhecidas da maioria dos empresários de pequeno porte, e apontadas como entraves a uma maior participação das micro e pequenas empresas (MPE) no cenário das compras governamentais. Ciente disso, para capacitar e estimular os pequenos negócios a se tornar fornecedores de produtos e serviços para instituições públicas, o Sebrae no Rio Grande do Norte promoveu o Encontro de Oportunidades para as Micro e Pequenas

Empresas nas Compras Governamentais (Fomenta).

O evento contou com uma vasta programação, que se estendeu ao longo dos dias 23 e 24 de agosto, no Hotel VillaOeste, em Mossoró, RN. De acordo com o coordenador-geral do evento e gerente da Unidade de Acesso a Mercado do Sebrae-RN, Eduardo Viana, a intenção do Fomenta é desmistificar a ideia de que compras públicas restringem-se a grandes empresas. “Queremos mostrar que os pequenos podem e devem participar de licitações e aquisições em todas as esferas das compras governamentais”.

As atividades concentraram-se num seminário, composto por três palestras. A primeira delas abordou a temática “A Lei Geral como instrumento de desenvolvimento das micro e pequenas: avanços e resultados”, e foi ministrada pelo gerente da Unidade de Políticas Públicas do Sebrae Nacional, Bruno Quick. Em seguida, o prefeito de Cariacica, ES, Helder Salomão, discutiu sobre o tema “A contribuição das micro e pequenas empresas para o desenvolvimento econômico municipal”. Já a palestra “As compras públicas do Governo do Estado do Rio Grande do Norte” foi conduzida pelo secretário de Estado da Administração e Recursos Humanos, Álber da Nóbrega.

Participação nas compras governamentais

O Rio Grande do Norte apostará na capacitação como arma para alavancar o índice de participação dos micro e pequenos negócios no processo de compras governamentais. Para isso, o Governo do Estado aproveita o ambiente favorável, baseado em leis existentes, que estimulam a inserção dos pequenos empreendimentos. A proposta apresentada pelo secretário de Estado Álber da Nóbrega, durante a realização do Fomenta, prevê resultados positivos já a partir do próximo ano.

“Sabemos que falta muita informação por parte dos micro e pequenos empresários e é isso que queremos mudar com as capacitações que pretendemos realizar. Ainda temos uma participação muito tímida deste perfil de negócio nas compras públicas do Estado, e acreditamos que podemos mudar esse quadro com capacitação”, detalha Álber. Outros mecanismos, como o portal Licitafácil, também ajudarão no processo de inserção das micro e pequenas empresas nas compras governamentais. Pelo endereço eletrônico www.licitafacil.rn.gov.br, o empreendedor tomará conhecimento sobre procedimentos relativos às compras públicas e aos editais, por exemplo.

“Já temos um decreto estadual de 2010 estabelecendo que, nas compras governamentais de até R\$ 80 mil, apenas as micro e pequenas empresas podem participar. Além disso, através do Licitafácil, o empreendedor estará mais próximo dos processos e poderá aproveitar mais as oportunidades”, assegura Álber. Ele se mostrou admirado diante da repercussão do Fomenta: “estou muito surpreso e feliz com o que vi neste evento. Fato tão positivo tem que ser estimulado e consolidado. Fiquei sabendo de coisas



Secretário Álber da Nóbrega

que nem imaginava, como, por exemplo, que uma empresa de Mossoró produz até 16 toneladas de carne de charque e que, futuramente, poderá vir a fornecer para o Governo do Estado.”

O índice de participação de micro e pequenos negócios no âmbito das compras governamentais no Rio Grande do Norte deverá ganhar mais impulso a partir de 2013. O otimismo tem como base os resultados obtidos durante o Encontro de Oportunidades para Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais – Fomenta. No segundo dia do evento, foram contabilizados 158 encontros de negócios entre micro e pequenas empresas (MPE) e instituições públicas das esferas federal, estadual e municipal.

A oportunidade de estar frente a frente com representantes de órgãos públicos, como diversas secretarias estaduais e instituições federais, e o convite representado por um vasto mercado a ser explorado mobilizaram empreendedores de todas as regiões do Estado. “Existe um grande nicho de mercado a ser explorado e, com a realização do Fomenta, estamos mudando a ideia de que os negócios de pequeno porte não podem participar das compras governamentais. Existe, sim, capacidade, e é isso que estamos mostrando”, explica o gerente da Unidade de Acesso a Mercados do Sebrae-RN, Eduardo Viana.



SANTA CATARINA INVESTE EM PROGRAMAS DE REDUÇÃO DE CUSTOS

Projetos desenvolvidos no Estado diminuem gastos com serviços de água, luz, telefonia, passagens aéreas, entre outros. Na aquisição de medicamentos, por exemplo, foram economizados mais de R\$ 12 milhões

■ ASCOM/SEA

A Secretaria de Estado da Administração, por meio da Diretoria de Governança Eletrônica (Dgov), do Comitê de Acompanhamento de Custos (Comac) e da Diretoria de Gestão de Materiais (DGMS), investe em programas de redução de custos desde o ano de 2007. As melhorias baratearam os custos das áreas de telefonia, passagens aéreas e terrestres, locação de mão de obra, *outsourcing*, contas de água e energia elétrica e centralização das compras de materiais e serviços.

Em 2007, a Dgov começou a implantar o Projeto Rede Convergente de Comunicação do Estado de Santa Catarina, que criou uma infraestrutura de tráfego de dados para interligar os diversos órgãos da administração estadual, compartilhando, assim, recursos de imagem, dados e voz. Graças ao projeto, as ligações telefônicas entre os órgãos da administração direta, as fundações e as autarquias passaram a ser efetuadas pelas redes de dados do Governo, tornando-se, assim, independentes das operadoras e gratuitas. Some-se a isso o fato de as ligações intermunicipais para empresas ou pessoas físicas serem mais baratas, já que têm o mesmo valor de uma ligação local. No período de 2006 e 2012, o Estado obteve uma economia de quase R\$ 22 mil com telefonia fixa.

Comac é a diretoria responsável pelos programas de redução de custos nas áreas de passagens aéreas e terrestres, *outsourcing* e despesas com correio postal, água e energia elétrica. O Governo contratou uma única agência de viagens para a emissão de passagens áreas, medida que gerou uma economia de R\$ 402.500 para os cofres públicos. Em 2007, o Estado centralizou os

serviços de correspondências da seguinte forma: em vez de cada cidade manter um contrato com a agência dos Correios, o Governo tornou-se seu cliente único e, nessa condição, obteve descontos nas postagens. Alcançou 10% de desconto via Sedex, 18% nas tarifas de caixa e 139% na mala direta. Na primeira fase de implantação, a economia foi de R\$ 150 mil, e, na segunda, de R\$ 100 mil. Em 2009, o Governo recontratou a demanda de energia elétrica e economizou R\$ 5.1 milhões. No mesmo ano, foram instalados redutores de vazão, que geraram uma economia de 20%. “Hoje, se a conta de água e esgoto sai do padrão, nós entramos em contato com os técnicos para analisar a possibilidade de vazamento”, explica a diretora do Comac, Grace Sorratine Grubba.

Gestão em *outsourcing*

O Estado também economizou com cópias e impressoras, graças ao projeto de gestão em *outsourcing*. Em 2009, foi realizada uma licitação para a instalação de 2.623 impressoras em todo o Estado. No projeto, a empresa é responsável pela manutenção e pelos consumíveis da impressora, exceto papel. Além disso, as máquinas acompanham um software, que gerencia a quantidade de cópias e de impressões realizadas no mês. Nos três anos de funcionamento, o projeto gerou uma economia de R\$ 20.221.770,18 para os cofres estaduais. O secretário da Administração, Milton Martini, ressalta que, no início da implantação dos programas de redução de custos, ocorre uma redução significativa nas



contas do Governo, que tende a se estabilizar com o sucesso dos projetos. "A gestão de redução de custos busca eficiência e economia, e é isso que a população espera dos gestores públicos", afirmou.

Pregão eletrônico: sinônimo de economia

O Governo do Estado economizou, no mês de outubro, R\$ 12.443.896,97 no pregão eletrônico para a aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde. A gestão dos pregões é de responsabilidade da Gerência de Licitações (Gelic), vinculada à Diretoria de Gestão de Materiais (DGMS). São duas as modalidades aplicadas: o pregão presencial e o eletrônico. A natureza do pregão depende do objeto a ser comprado. Por exemplo, se o material for o aluguel de um carro, é mais viável utilizar o pregão presencial. Mas, se o material adquirido for uma resma de papel, é mais vantajosa a modalidade a distância, pois amplia a quantidade de participantes e, por ter abrangência nacional, estimula também a concorrência entre os fornecedores cadastrados no sistema de pregão eletrônico.

A economia gerada pela modalidade presencial varia de 10% a 15%, enquanto, pela eletrônica, oscila de 30% a 33%. O pregão eletrônico apresenta duas vantagens sobre o presencial: além de atrair maior número

de participantes, permite que eles façam novas propostas a cada lance que supere o anterior. Na modalidade presencial, isso não é possível. Ademais, pela modalidade eletrônica, abrem-se novas oportunidades. Por exemplo, se o fornecedor ficar em segundo lugar, pode, ocasionalmente, ganhar a licitação. Basta que a documentação do primeiro colocado esteja irregular, para o pregoeiro renegociar com o segundo colocado.

No ano passado, o Estado economizou R\$ 1.471.000 na compra de 440 resmas de papel, em negociação realizada pelo pregão eletrônico. O preço estimado, que, no início, era de R\$ 10,00, ao final do pregão caiu para R\$ 6,82. Neste ano, o Governo tem planos de adquirir 550 resmas e espera obter a mesma economia. "O nosso objetivo é conseguir o mesmo preço do ano passado ou mais baixo, mas a economia depende da coordenação da licitação pelo pregoeiro. Em 2010, por exemplo, o valor pago por resma foi de R\$ 8,90", afirma Rodrigo Raitani, supervisor do sistema de licitações.

Para aumentar a economia do Governo durante os pregões, a Diretoria de Gestão de Materiais tem investido no treinamento de novos pregoeiros, e também na reciclagem dos profissionais, para, assim, aprimorarem o seu desempenho. No ano de 2012, a DGMS capacitou 150 pregoeiros e reciclou 50.



GESTÃO PÚBLICA PAULISTA APOSTA EM TECNOLOGIA E TRANSPARÊNCIA

Governo de São Paulo adota medidas para assegurar livre acesso à informação

■ ASSESSORIAS TÉCNICA E DE COMUNICAÇÃO/SGP

A preocupação com a transparência nas ações de governo e com a garantia do direito do cidadão a ter acesso a dados da Administração Pública resultou na aprovação do Decreto Estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012, que veio ao encontro dos termos da Lei Federal nº 12.527/2011. Com ele, foi assegurada à população paulista o direito à informação – uma forma de incentivar uma administração estadual participativa e transparente.

O decreto indicou, como gestor da política de acesso à informação, o Arquivo Público do Estado de São Paulo, vinculado à Casa Civil, cabendo outras atribuições específicas a outros órgãos públicos, tais como à Secretaria de Gestão Pública.

O papel da gestão

À gestão pública compete a missão de fomentar a cultura da transparência e da conscientização do direito fundamental de acesso à informação, bem como o treinamento de agentes públicos para o desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência e à segurança da informação.

Com esse intuito, uma série de iniciativas foi desenvolvida. Entre elas, destaca-se a criação de ferramentas com o uso da Tecnologia da Informação para a efetivação do referido direito. Nesse sentido, a Secretaria de Gestão Pública foi responsável pela criação de um sistema integrado, que abrange todo o processo de solicitações dos órgãos do Estado, assim como a disponibilização das informações necessárias. É o denominado SIC.SP (www.sic.sp.gov.br).

ELIANA RODRIGUES | DIVULGAÇÃO



Davi Zaia: ferramentas tecnológicas auxiliam na transparência

Por esse sistema, o atendimento é feito por meio de uma única interface, independentemente do local (SIC), e permite quatro modalidades de atendimento, de acordo com a disponibilidade ou o interesse do cidadão: pessoalmente, por contato telefônico, via internet (formulário eletrônico) e por carta (e-mail e carta comum).

Sendo assim, é possível efetuar a solicitação de informações em qualquer local, qualquer que seja o órgão ou entidade que vá fornecer a informação, o que resulta

Evolução da Utilização do Sistema SIC.SP

	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	TOTAL
SICs Cadastrados	0	0	6	79	124	127	127
Pedidos Recebidos	0	0	20	232	680	1086	2018
Pedidos Respondidos	0	0	16	221	658	982	1877

Nota 1: Há um total de 91 órgãos no Estado, sendo que alguns optaram por descentralizar o atendimento, o que justifica a existência de 127 SICs.

Nota 2: A diferença entre o número de pedidos recebidos e o de respondidos deve-se ao fato de estarem em processamento.

Nota 3: Dados coletados até 31/10/2012.

em um aumento significativo do número de postos de atendimento à população.

Outra característica desse sistema é a gestão dessas solicitações, que são compiladas por grupos e subgrupos distintos, o que permite diversas formas de estudos, comparativos e estatísticas, assim como o acompanhamento das solicitações, para que não excedam os prazos de respostas, que são de, no máximo, 20 dias.

As próximas fases desse projeto são a integração com o sistema de Gestão Documental, denominado SPDoc, para o acompanhamento de todos os processos do Estado, e a publicação, no portal, das perguntas e correspondentes respostas.

Transparéncia nas redes sociais

A fim de fomentar a transparéncia ativa e replicar práticas de boa gestão, bem como criar um canal aberto aos servidores e aos cidadãos, a Pasta criou o Blog de fomento à cultura de transparéncia (www.gestaolai.sp.gov.br), no qual está divulgada a remuneração dos

servidores do Estado de São Paulo, em dados abertos, conforme demanda da sociedade e em observância à lei. O blog divulga também cartilhas e outros materiais, como vídeos tutoriais para auxiliar os servidores a operar o Sistema, independentemente dos treinamentos realizados.

A Secretaria de Gestão Pública procura usar tecnologia na disseminação de cursos a servidores do Estado e de municípios. Por isso, abraçou o desafio da utilização das redes sociais, como forma de disseminar a importância da transparéncia nas ações do Estado de São Paulo. Para isso, utiliza a “linguagem cidadão” nos sites estaduais, para garantir que dados, documentos e informações sejam disponibilizados de forma clara e objetiva a qualquer cidadão.

Além da proposta de inclusão do estudo da Lei de Acesso à Informação, como matéria obrigatória nos programas dos próximos concursos públicos, a Gestão Pública de São Paulo quer investir em seminários e materiais de divulgação para a conscientização da importância da transparéncia ativa.

“Quando a Administração Pública disponibiliza informações de interesse coletivo, de maneira simples e acessível, espera-se a diminuição da demanda do SIC, além de maior controle social. É ainda uma forma importante de combate à corrupção,” explica o secretário de Gestão Pública, Davi Zaia, que acredita ser a Tecnologia da Informação uma ferramenta fundamental para a efetivação do direito ao cidadão, com a eficácia almejada.





PROCURADORIA ITINERANTE: GESTÃO PROCESSUAL NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Projeto inovou a gestão de tramitação processual que, em pouco tempo, repercutiu de forma positiva no serviço público de Sergipe

■ POR ASCOM/SEPLAG-SE

Os procedimentos e as competências para a efetivação adequada dos direitos fundamentais, inclusive o direito à boa administração pública, bem como os princípios constitucionais da eficiência e da razoável duração do processo, foram inaugurados em Sergipe, em 2007. Desde então, iniciou-se, com todos os setores de pessoal dos órgãos do Poder Executivo, uma campanha de instrução sobre a adequada administração dos processos administrativos. O projeto foi denominado “Menos Diligência, Mais Celeridade”.

Em 2008, teve início a segunda fase desse projeto, com a elaboração dos pareceres coletivos com efeito normativo. Os entendimentos sobre os processos repetitivos, sem qualquer divergência na Procuradoria Especial da Via Administrativa, foram uniformizados e submetidos à avaliação do procurador-geral do Estado, para apreciação e aprovação. A anuência do procurador-geral permitiu o efeito de normatização do entendimento, vinculando os setores pessoais e os procuradores do Estado à instrução e ao entendimento.

Com a consolidação da instrução processual e a pacificação meritória, ingressou-se na terceira fase: a criação da Procuradoria Itinerante, em 2012. A Procuradoria Intinerante representa a gestão processual. A fim de valorizar o servidor público, ela busca garantir a eficiência administrativa por meio da celeridade processual, e prevenir lides judiciais em temas que já foram analisa-



dos pacificamente na seara administrativa.

Graças ao estudo aprofundado, envolvendo todas as nuances que cercavam determinados assuntos, e por meio da análise conjunta de todos os feitos administrativos nos quais se discutia a mesma matéria, conseguiu-se chegar a algumas definições. Todavia, o maior motivo para a morosidade da análise final ainda precisava ser solucionado – a deficiência na instrução processual.

Soluções

Com o fito de solucionar esse problema, duas saídas foram encontradas em Sergipe. A primeira delas, que dependia da própria Procuradoria-Geral do Estado, limitava-se à juntada de documentos constantes nos bancos de dados do Estado, a exemplo da certidão de tempo de serviço e do histórico financeiro do servidor público. A segunda dependia dos setores de protocolo e de pessoal de cada Secretaria de Estado. Chegou-se, em seguida, ao consenso de que as duas soluções encontradas poderiam conviver perfeitamente, desde que fosse montada uma logística eficiente.

Para operacionalizar a segunda solução, que trabalha com o nascedouro do processo administrativo – setores de pes-



Procuradoria Itinerante: combate à morosidade processual

soal e de protocolo –, foi elaborado um manual de instrução, com todos os temas objeto de pareceres normativos, e foram realizadas oficinas temáticas nas secretarias de Estado, com a participação dos servidores lotados nos setores de pessoal e de protocolo, além de secretários e procuradores de Estado. Tudo se desenvolvia em torno da necessidade de divulgar a instrução processual.

Já para operacionalizar a primeira solução, que dependia da iniciativa da própria PGE, foi idealizada uma nova estrutura, diferente daquela que estava em vigência. Ela implica o deslocamento dos procuradores de Estado até a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag/SE). Para tanto, foi criada uma comissão de trabalho técnico, composta por um procurador do Estado e por servidores da PGE e da Seplag, a quem incumbia acompanhar os trabalhos do Cartório da Procuradoria Itinerante, organizar os processos e pareceres normativos e orientar os setores de pessoal e de protocolo no cumprimento dos procedimentos de instrução processual.

Assim, nasceu o projeto Procuradoria Itinerante, a cargo da Procuradoria-Geral do Estado de Sergipe, por intermédio da Procuradoria Especial da Via Administrativa. O Projeto foi formalizado pelo Decreto Estadual

nº 26.789/2009, com alterações pelos Decretos nºs 26.885/2009 e 27.610/2010. Sua instalação ocorreu em 13 de abril de 2010, quando também foi realizada a primeira sessão administrativa de julgamento.

Adotando alguns procedimentos da rotina de audiência do Poder Judiciário, a Procuradoria Itinerante passou a contar com sessões administrativas de julgamento, pauta e ata parecer. Essa foi a forma inicialmente adotada para otimizar a análise processual, o volume dos requerimentos e a celeridade na resposta final.

O parecer da Procuradoria Itinerante tem o formato de ata: número e data da sessão, local de funcionamento, indicação da matéria e número do parecer normativo utilizado como fundamento jurídico, observação quanto à devida instrução e conclusão.

Inovação processual

Esse projeto – Procuradoria Itinerante – inovou a gestão de tramitação processual, decorridos poucos meses de funcionamento, e repercutiu de forma positiva no serviço público do Estado de Sergipe, tendo eco na mídia impressa e falada. Rapidamente ganhou notoriedade na sociedade sergipana e também em congresso técnico-científico. Não bastasse isso, contribuiu muito para o estreitamento de laços entre os órgãos públicos, no escopo de agilizar ao máximo a resolução dos processos.

Atualmente, a Procuradoria-Geral do Estado de Sergipe conta com 40 pareceres normativos sobre temas que envolvem servidor público, lavrados por procuradores de Estado lotados na Procuradoria Especializada da Via Administrativa. Com dois anos de funcionamento e 199 sessões administrativas realizadas, na Procuradoria Itinerante já foram apreciados cerca de 6.642 processos.

Os temas mais comuns são: averbação de tempo de contribuição, abono de permanência, licença para trato de interesse particular, afastamento para curso, incorporação de funções.

A experiência da Procuradoria Itinerante tem comprovado a forte atuação de juristas na efetivação dos direitos fundamentais. Essa resultou do amadurecimento do papel dos juristas, aqui designados como procuradores. Esse papel, ativo e preventivo, proporcionou um incontestável ganho institucional. Somese a isso a determinação política do Poder Público, na forma de compromisso de gestão, com a edição do decreto de constituição e de manutenção dessa prática, proporcionando a valorização do servidor e, ao mesmo tempo, economia para o erário.

PRESIDÊNCIA

Eduardo Diogo – Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará

VICE-PRESIDÊNCIA

Stela Farias – Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Sul

Renata Vilhena – Secretária de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais

JUNTA FISCAL

Secretaria de Estado da Gestão Administrativa do Acre,
Flora Valadares Coelho

Secretário de Estado da Gestão e Planejamento de Goiás,
Giuseppe Vecci

Secretário de Estado da Gestão e Previdência do Maranhão, **Fabio Gondim**

Secretário de Estado da Gestão Pública de Alagoas,
Alexandre Lages Cavalcante

Secretaria de Estado da Administração do Amapá,
Maria Luiza Pires Picanço

Secretaria de Estado da Administração e Gestão do Amazonas, **Lígia Abrahim Fraxe Licatti**

Secretário de Estado da Administração da Bahia,
Manoel Vitório da Silva Filho

Secretário de Estado da Administração Pública do Distrito Federal, **Wilmar Lacerda**

Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo, **Alcio Araújo**

Secretário de Estado da Administração de Mato Grosso,
Cezar Roberto Zílio

Secretária de Estado da Administração de Mato Grosso do Sul, **Thie Higuchi Viegas dos Santos**

Secretaria de Estado da Administração do Pará,
Alice Viana Soares

Secretaria de Estado da Administração da Paraíba, **Livânia Maria da Silva Farias**

Secretário de Estado da Administração e da Previdência do Paraná, **Jorge Sebastião de Bem**

Secretário de Estado da Administração de Pernambuco,
José Ricardo Wanderley Dantas de Oliveira

Secretário de Estado da Administração do Piauí,
Paulo Ivan da Silva Santos

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro, **Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins**

Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Norte,
Antônio Alber da Nóbrega

Secretário de Estado da Administração de Rondônia,
Rui Vieira de Sousa

Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração de Roraima – Interina, **Gerlane Baccarin**

Secretário de Estado da Administração de Santa Catarina,
Milton Martini

Secretário de Estado de Gestão Pública de São Paulo,
Davi Zaia

Secretário de Estado do Planejamento e Gestão de Sergipe, **José de Oliveira Júnior**

Secretário de Estado da Administração de Tocantins,
Lucio Mascarenhas Martins

*Os textos foram gentilmente cedidos pelas assessorias de comunicação das secretarias estaduais

Edição: AP Comunicação
Projeto gráfico e diagramação: DUO Design
Coordenação: Mariana Pereira
Jornalista Responsável: Juliana Dantas
Impressão: Gráfica Alpha
Tiragem: 1.500

CONSAD

Edifício Multiempresarial
Endereço: SRTVS | quadra 701 | bloco O | entrada A | salas 128-130 | CEP: 70340-000 | Brasília - DF
Telefax: (61) 3322.5520 |
Secretária-executiva: Iracy Gomes

E-mail: consad@consad.org.br
Site: www.consad.org.br

Garanta o sucesso da sua gestão RH e Folha de Pagamento integrados



Implante o Ergon

- Utilizado por prefeituras de varias capitais:
São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre
- Um em cada três Estados brasileiros já utiliza o Ergon
Mais de dois milhões de funcionários gerenciados
- Auditoria continuada da Folha de Pagamento
RH e Folha de Pagamento integrados

valordosegurodevida.com.br

Milhões de brasileiros ainda
não sabem o valor que o
Seguro de Vida tem.
Acesse e descubra.



Ter um Seguro de Vida é muito simples, só depende
da nossa atitude. Você verá o quanto ele pode
fazer por você e sua família.

Baixe o leitor de QR CODE em seu celular
e aproxime o aparelho do código ao lado.



QUAL É
O VALOR
DO SEGURO
DE VIDA


CAPEMISA
SEGURADORA
AS PESSOAS SEGURAS SÃO MAIS FELIZES